



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
NÚCLEO DE APOIO À REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO

Ata da 24ª Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 20 de julho de 2006, às 09:00 horas
Local: Plenário da Câmara de Vereadores, Rua Distrito Federal, 444
Bairro Osvaldo Soares – Dores do Indaiá - MG

1 Conselheiros presentes: Ilmar Bastos Santos, presidente da Fundação Estadual de Meio
2 Ambiente, Luciana Imaculada de Paula, Coordenadoria das Promotorias de Meio
3 Ambiente do Alto São Francisco; Capitão Valmir José Fagundes, representante da
4 PMMG, 23ª. Companhia de Meio Ambiente e Trânsito de Divinópolis; Marlúcio
5 Meireles, representante da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata; André Luiz Braga
6 Picardi, representante da Prefeitura Municipal de São Roque de Minas; Lucélio Nativo
7 da Assunção, representante da FIEMG; Camilo de Lelis André de Melo, Roberto Soares
8 Nogueira, representantes da FEDERAMINAS; Lessando Gabriel da Costa,
9 representante da Associação Ambientalista do Alto São Francisco – ASF; Marcos
10 Antônio Vilela, representante do Grupo AR; Antônio José Fernandes Neto,
11 representante do CODEMA de Igaratinga; Humberto Pozzolini – CODEMA de
12 Divinópolis.

13 Item 1 – Abertura: Ilmar Bastos Santos: Senhores Conselheiros, colegas do Sistema
14 Estadual do Meio Ambiente, senhores representantes do poder municipal, senhores
15 vereadores, autoridades, é com muito prazer que nós iniciamos a nossa 24ª. Reunião
16 Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Alto São Francisco. Nessa oportunidade,
17 com a reunião aqui em Dores do Indaiá. E ao meu lado, inicialmente, eu gostaria de
18 fazer um agradecimento bastante sincero ao nosso prefeito daqui de Dores do Indaiá, o
19 senhor Joaquim Ferreira da Cruz. Agradecer todo o apoio, a calorosa recepção que o
20 prefeito tem proporcionado a essa URC a despeito que eu sei que a cidade está vivendo
21 um momento importante da sua exposição agropecuária. Mas independentemente disso
22 nós tivemos todo o apoio da prefeitura, da câmara de vereadores, o nosso agradecimento
23 ao prefeito que é o nosso anfitrião. E de antemão eu queria agradecer passando as suas
24 mãos uma coletânea da legislação do Estado de Minas Gerais para que o senhor possa
25 ter ai e fazer uso no âmbito da prefeitura, e também, não sei se o prefeito é um
26 apreciador da boa cachaça mineira, aqui tem um manual de boas práticas ambientais de
27 produção de cachaça de alambique que nós produzimos juntos com a AMPAC,
28 SINDIBEBIDAS, FIEMG e SEBRAE, onde nós estamos informando as pessoas a
29 importância das boas práticas na produção da cachaça de alambique. São mais de 8.000
30 alambiques no estado de Minas Gerais, senhor prefeito, e o que a gente gostaria é de
31 levar esse diferencial para esses alambiques. Não só a qualidade da cachaça, mas a
32 questão da adequação da produção, mostrando que podemos aliar a questão de
33 desenvolver que é genuinamente do estado de Minas e agregar um valor ambiental
34 nesse produto. Nós estamos fazendo um trabalho de licenciamento a esses alambiques e
35 com isso dando um diferencial ambiental nessa cachaça artesanal que é bastante típica
36 do estado de Minas Gerais. Nós temos outros exemplares lá e se o senhor tiver
37 alambiques ai que queiram entender melhor como que eles podem produzir com
38 qualidade ambiental, nós estamos à disposição para poder orientar e ajudar no que for



39 possível. Eu queria também, agradecer ao prefeito, senhor Joaquim, a cessão da senhora
40 Dagmar Gontijo. Queria agradecer a você, Dagmar, o apoio que nos deu. Eu sei que foi
41 um trabalho bastante importante para que pudéssemos realizar a reunião aqui também.
42 Agradecer ao presidente da Câmara, senhor Antônio Rodrigues. Obrigado pela cessão
43 da estrutura, o apoio e a recepção. Queria, também, assinalar a presença do senhor
44 Antônio Divino, Prefeito de Lagoa da Prata. Dar as boas vindas aos nossos
45 conselheiros. A nossa Unidade Regional Colegiada, é ainda um pouco machista, a
46 grande maioria é composta por homens e só temos duas conselheiras, a Dra. Luciana e
47 June. Precisamos, então, reverter aí a questão, porque precisamos ter um pouco mais da
48 capacidade e do potencial feminino nos ajudando também. Vamos ver se a gente, daqui
49 para frente, vamos ter mais a presença feminina no conselho, porque eu acho
50 fundamental. Antes de passarmos a reunião em si, como é de praxe, eu gostaria de
51 convidar a todos e vamos ouvir o Hino Nacional e após nós vamos dar seqüência a
52 nossa pauta que já está aqui definida. - Hino Nacional - Dando início a nossa reunião,
53 eu gostaria antes de mais nada me apresentar: eu sou Ilmar Santos, sou presidente da
54 Fundação Estadual do Meio Ambiente e membro suplente desta Câmara, onde o titular
55 é o nosso Secretário-adjunto, Dr. Shelley Carneiro. Eu sou o suplente do Dr. Shelley.
56 Quando ele não vem, é minha obrigação estar aqui, e mais do que uma obrigação é um
57 prazer, senhor prefeito, estar aqui em Dores do Indaiá, hoje, com todos vocês. Dando
58 prosseguimento a nossa pauta, eu passaria a palavra ao senhor prefeito senhor Joaquim
59 Ferreira da Cruz, para que ele pudesse dar as boas vindas.

60 Joaquim Ferreira da Cruz. – Prefeito de Dores do Indaiá – Bom dia a todos. Eu quero
61 cumprimentar todos os componentes da mesa, senhores conselheiros, na pessoa do
62 ilustre presidente da mesa. Cumprimentar todas as autoridades, visitantes e todos os
63 colegas prefeitos que aqui se encontram e dizer que é uma satisfação muito grande
64 recebê-los aqui em Dores do Indaiá, nesta Casa Legislativa. Dores do Indaiá se sente
65 orgulhosa em recebê-los para essa reunião de tamanha importância. Nosso muito
66 obrigado pela visita e pelos trabalhos. Eu tenho certeza que sertã uma reunião muito
67 produtiva que trará muitos bons frutos para Dores e para todo o estado. Quero agradecer
68 ao presidente da câmara, meu amigo, o vereador Antônio Rodrigues Filho por nos ceder
69 esse espaço maravilho, onde podemos fazer essa reunião tranqüila. Agradecer a minha
70 equipe do meio ambiente que está sempre presente e trabalhando muito, na pessoa da
71 Dagmar, da Cristina e do Eduardo que tem trabalhado e demonstrado um grande esforço
72 na conscientização de toda a população de Dores do Indaiá, na preservação do meio
73 ambiente. Muito obrigado a vocês. Agradecer a minha amiga Lais, que trouxe essa
74 reunião para cá e fez uma força danada. Muito obrigado e nós estamos muito contente e
75 feliz com isso. Enfim, agradecer a todos que aqui estão trabalhando, prestigiando e
76 participando, a todos vocês o nosso muito obrigado, e que vocês se sintam em casa. A
77 cidade, hoje, é de vocês. Fiquem bem à vontade e convido a todos para demorarem
78 bastante na reunião e depois aproveitar a exposição à noite. A exposição se iniciou
79 ontem, prosseguirá hoje. O presidente do Sindicato está nos honrando com a presença.
80 A festa promete e que vocês fiquem para aproveitar a noite na exposição. Um abraço a
81 todos e muito obrigado.

82 Ilmar – Muito obrigado senhor Joaquim Ferreira da Cruz, nosso gestor maior do
83 município. Nós já nos sentimos muito em casa e indagaria ao nosso presidente, se temos
84 uma pinga boa aí? Pois nós já estamos em casa. Dando seqüência, eu queria fazer um
85 convite à senhora Dagmar Jordane Gontijo que fará uma apresentação sobre o projeto
86 Rio São Francisco Recuperando nossas Micro Bacias e posteriormente, nós teremos



87 também a senhora Cristina de Sousa que irá falar sobre Educação Ambiental no
88 Município de Dores do Indaiá. Eu convidaria a ambas para que pudesse fazer as suas
89 apresentações.

90 Dagmar Jordane Gontijo – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer a vocês por terem
91 vindo essa reunião aqui e falar um pouquinho da importância dessa descentralização do
92 COPAM, pois, nós enquanto ambientalistas, sabemos quanto isso é importante. Farei
93 uma breve apresentação desse projeto: Rio São Francisco – recuperando as nossas
94 micro bacias. O projeto é regional e envolve oito cidades: Abaeté, Dores do Indaiá,
95 Estrela do Indaiá, Luz, Martinho Campos, Morada Nova, Quartel Geral e Serra da
96 Saudade. A idéia partiu, enquanto ambientalistas, nos preocupamos que estávamos
97 fazendo projetos isoladamente. Tínhamos projetos locais e não sabíamos o que o nosso
98 vizinho estava fazendo a respeito do meio ambiente. Daí surgiu a idéia. O embasamento
99 e conhecimento das potencialidades da Bacia do Rio São Francisco, veio do diagnóstico
100 analítico da bacia e sua zona costeira. E para você fazer um trabalho e um projeto para
101 campo não se faz sem conhecer esse campo. Então, tomamos todas as nossas
102 experiências regionais da ASF, de Lagoa da Prata, de Luz, daqui de Dores do Indaiá,
103 Bambui e Morada Nova. Ajuntamos tudo isso e mandamos para essa ONG que é suíça
104 que se chama Nordeste Reflorestamento e Educação, com uma unidade totalmente
105 brasileira. Hoje ela tem projetos em 18 estados com 20 anos de Brasil. Inicialmente, o
106 objetivo é que o projeto abranja de São Roque de Minas a Três Marias. O projeto já está
107 sendo executado nestas oito cidades. Um dos objetos principais do projeto é a
108 integração institucional. Nós buscamos a integração da sociedade com as instituições
109 públicas, privadas e ONG's. Esse é um dos principais objetivos. E viemos com os
110 nossos objetivos específicos que são aqueles que visam, através de ações cooperativas e
111 comunitárias, a recuperação de ambientes naturais ribeirinhos do Alto São Francisco. A
112 recuperação de 96 hectares, sendo 12 por município. Implantação de viveiros florestais
113 ou a reestruturação dos existentes, a construção de barraginhas, reflorestamento e
114 educação ambiental. A implantação desses viveiros ou a reestruturação dos existentes.
115 Esse foi o primeiro passo e estão sendo construídos os viveiros nessas oito cidades e
116 dando uma implementação nos viveiros existentes com capacidade inicial de 30.000
117 mudas. As barraginhas serão 50 por municípios na micro bacia a ser trabalhada. A
118 Educação Ambiental em todos os níveis, com placas educativas, bunnars, cursos, e a
119 Cristina irá passar para vocês daqui a pouco. Dores do Indaiá sedia esse projeto e ela
120 será a nossa coordenadora da Educação Ambiental, passando para as outras cidades
121 dando curso sobre a experiência adquirida em Dores do Indaiá. Nós temos o
122 reflorestamento e que serão doados os moirões, arames, todos os implementos para os
123 ruralistas como incentivo. A Educação Ambiental e Ecoturismo - Foi escolhido
124 estrategicamente na cidade de Serra da Saudade. Essa é uma antiga estação ferroviária
125 que fica na barra do Funchal com o Rio Indaiá. Já iniciamos e já está sendo
126 reestruturada para um centro de Educação Ambiental e Ecoturismo. Aqui nós temos as
127 degradações e sabemos que o Alto São Francisco é o maior pólo de erosão laminar de
128 Minas Gerais. Isso é sério e temos muita formação sem técnica. Nós temos ainda muita
129 queimada e isso fez com que a experiência mostrasse o quanto nós precisamos estar
130 olhando o nosso solo e principalmente esse tipo de solo. Aqui é a degradação de
131 garimpo no Rio Indaiá, um dos principais afluentes à margem esquerda do São
132 Francisco e está totalmente sendo invadido pelo garimpo. E não existe nenhuma ação
133 reestruturadora e nem ação ambiental. Então, o nosso objetivo é pegar no Rio Indaiá,
134 com a Educação Ambiental e já no início Serra da Saudade, onde existe um viveiro que



135 está sendo implementado desde 2002, para que possamos reestruturar esse rio também.
136 Nós ainda temos remanescentes de Mata Atlântica na região de Serra da Saudade e do
137 Rio Indaiá. Não remanescentes minúsculos, mas de beleza rara e que precisamos
138 preservar isso. O Ministério do Meio Ambiente, dentro da revitalização do São
139 Francisco, colocou um slogan que foi muito assertivo: “Conhecer para revitalizar.” Se
140 você não conhece você não pode revitalizar. Nós temos essa expedição de Caiapós e já
141 fizemos uma no São Francisco e duas no Rio Indaiá. Nós temos aqui o Ronaldo da
142 Copasa, que é um dos coordenadores da expedição. Esse trecho a gente conhece bem
143 por que é um rio de difícil acesso. Gostaria de lembrá-los da importância de estarmos
144 passando os nossos projetos locais e essa integração institucional. Muito Obrigada a
145 vocês pela atenção.

146 Ilmar Santos – Muito obrigado Dagmar. Eu queria fazer só uma pergunta antes de
147 passar e deixar aberto aos meus colegas conselheiros. Quais são os parceiros nesse
148 projeto?

149 Dagmar – Os nossos parceiros são as prefeituras, a EMATER e nós estamos tentando
150 com o ministério também o apoio logístico, tem a COPASA, o Ministério Público e
151 também IGAM.

152 Ilmar Santos – Pois é, porque a senhora mencionou a questão dos viveiros, eu imaginei
153 que talvez o IEF pudesse ser parceiro, não?

154 Dagmar – Mas ainda não temos a parceria do IEF. Já enviamos o projeto e ainda não
155 tivemos retorno e estamos aguardando.

156 Capitão Valmir – Parabéns pelo projeto. Lá em Divinópolis nós desenvolvemos
157 através da ARPA II, um projeto de revitalização do Rio Itapecerica e está em fase de
158 projeto, a segunda fase do SOS São Francisco e achei interessante isso. A Dra. Luciana,
159 que é a coordenadora, é interessante pegar o e-mail para contato para passar para ela,
160 pois seria de extrema importância envolver o projeto de vocês nessa segunda fase de
161 revitalização do SOS São Francisco. Com certeza vocês têm muito a somar nesse
162 projeto.

163 Dagmar - Que ótimo e a Polícia Ambiental é nossa super parceira.

164 Marcelo Guimarães – Ibama – Gostaria de parabenizá-la pela palestra e quanto ao
165 projeto da segunda etapa do SOS São Francisco, nós do IBAMA estamos participando
166 da coordenação e uma das primeiras metas desse projeto é justamente buscar essas
167 parcerias com as entidades que já estão trabalhando dentro da bacia. Com certeza o
168 projeto de vocês estará inserido dentro disso aí.

169 Ilmar Santos – Eu tenho um comentário. Quando você, Dagmar, falou que um dos
170 problemas do garimpo, em geral clandestinos. Você pode também, ter um garimpo
171 licenciado e estar agindo de uma forma ambientalmente inadequada, nós iniciamos em
172 março desse ano, a Operação Abaeté, e não sei se vocês tiveram informação, ela se
173 estende em toda a bacia do Rio Abaeté, do Rio Tiros e Borrachudo, todos afluentes do
174 São Francisco e juntamente com parceiras com o Ministério Público Federal e Estadual,
175 Polícia Militar Ambiental, Polícia Federal e Civil, DNPM, nós fizemos a suspensão de
176 todos os garimpos daquela região. E agora estamos tentando ordenar em Patos de
177 Minas, alguns empreendedores estão firmando Termos de Ajustamento de Conduta com
178 o Ministério Público Estadual, com a FEAM, com o Ministério Público Federal, onde
179 aqueles que estavam em processo de licenciamento vão precisar corrigir os problemas
180 que eles apresentavam em suas lavras e aqueles totalmente legais. Os clandestinos estão
181 efetivamente suspensos, porque nós estamos querendo resolver o problema do passivo.
182 O que nós poderíamos contribuir nessa oportunidade é fazer a semelhança da Operação



183 Abaeté e trazer essa fiscalização aqui para o Rio Indaiá. Acho que isso, nesse momento,
184 seria interessante na medida em que vocês já detectaram que a questão da lavra
185 clandestina, do garimpo clandestino tem sido um problema que está afetando a
186 qualidade da água do Rio Abaeté e conseqüentemente a bacia do São Francisco. Isso é
187 uma decisão do órgão que tem a obrigação, e não é favor, sendo uma das obrigações do
188 órgão ambiental e vou levar essa decisão para que pudéssemos implementar uma
189 operação no Rio Indaiá, e vai ser interessante sim com as parcerias dos nossos órgãos
190 como Polícia Militar Ambiental, Ministério Público, DNPM, IEF, IGAM que fazem
191 parte do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Convidaria a senhora Cristina Sousa que
192 vai falar sobre Educação Ambiental no Município de Dores do Indaiá.
193 Cristina – Bom Dia! A educação Ambiental informal tem sido trabalhada de forma
194 bastante efetiva e consciente desde a implantação da Sala Verde Onça Pintada. Sala
195 Verde é um projeto do Ministério do Meio Ambiente que é feito em parceria com os
196 municípios e tem como objetivo implantar em cada município uma sala verde: um
197 espaço que seja especificamente para trabalhar a Educação Ambiental. A Sala Verde
198 possui vários livros desde infantis até livros técnicos para qualquer tipo de público e
199 trabalha, também, com projetos de Educação Ambiental. Aqui nós vamos mostrar para
200 vocês alguns projetos que a Sala Verde Onça Pintada tem realizado desde a sua
201 fundação. Foi fundada em 10 de abril de 2003 pela então Secretária do Meio Ambiente,
202 Dagmar Jordane, aqui presente conosco e que me convidei para coordenar. E desde
203 então, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Departamento de Meio
204 Ambiente e com o apoio incondicional da prefeitura, a Sala Verde vem desenvolvendo
205 seus projetos de Educação Ambiental. A sala Verde já conta com 380 adolescentes que
206 participam desses projetos. Mas desde então vem aumentando o número de
207 participantes, incluindo também adultos que participam de vários projetos de educação
208 ambiental. Aqui nós vemos os adolescentes dando aula de educação ambiental para as
209 crianças. Eles vão para a Sala Verde e os adolescentes que foram preparados passam às
210 crianças no espaço da Sala Verde. Há seis anos, todo dia 5 de junho, Dia Mundial do
211 Meio Ambiente, é realizado em nosso município em parceria com todas as escolas de
212 Dores do Indaiá, públicas e particulares, um evento que é uma passeata ecológica em
213 que são apresentados, também, teatros na praça de todos os adolescentes e crianças de
214 nossas escolas. Nesse ano teve a participação da comunidade onde empresários,
215 fazendeiros, lojistas começaram a integrar essa passeata.
216 Rogério Noce – Houve uma reunião ontem, da Câmara de Política Ambiental e nessa
217 reunião um dos temas em discussão era exatamente a revisão da DN 10/86 que trata do
218 lançamento de efluentes em corpos d'água. Como houve uma revisão específica na área
219 do CONAMA, nós estamos fazendo a nossa adaptação dentro do contexto estadual.
220 Houve, então, uma determinação da própria câmara de que esse assunto seja discutido
221 na amplitude junto às regionais no mesmo modo que foi trabalhado também a política
222 de resíduos sólidos, no nível estadual, e que já houve manifestação desta regional da
223 mesma forma que foi trabalhado e eu pediria a Superintendente, Dra. Lais, coordenasse
224 esse trabalho, e foi um assunto discutido ontem e estamos trazendo isso para vocês. A
225 informação que temos é que nós temos três arquivos que trouxemos e estão disponíveis
226 e que estarão disponíveis no nosso site da SEMAD para que vocês, como conselheiros,
227 tenham acesso. A informação definida é uma apresentação que foi feita pelo Dr. José
228 Cláudio Junqueira que está coordenando esta etapa dessa revisão e mais dois assuntos
229 que são o contexto da DN e aspectos da revisão informados em destaque azul e uma
230 outra situação que é o formulário específico de lançamento. Para isso é necessário essa



231 minha intervenção para o seguinte: foi aberto um prazo mais ou menos de 40 dias, para
232 que dentro do contexto regional seja formado um grupo de trabalho recebendo ou
233 acessando esse material se componha para se fazer contribuições que sejam válidas por
234 esse grupo de trabalho para enriquecer e criticar ou melhorá-lo no sentido de que
235 retornando a situação de análise por parte do conselho seja feita o mais rápido possível a
236 adequação dessa norma, e é extremamente importante na contextualização na legislação
237 estadual, principalmente numa situação que hoje nós temos que são as novas DN que
238 foram estabelecidas para os municípios em relação de eles terem implantados, mediante
239 os prazos, as suas ETE's, não somente os aspectos de aterros e ETE's. É muito
240 importante que vocês tomem ciência disso. O material vai estar disponível, a própria
241 Superintendência e o NARC e os conselheiros vão ter acesso a essas informações. O
242 que se pede é que as pessoas procurem, o mais rápido possível, coordenado pela nossa
243 superintendência a formação desse grupo e num prazo máximo e 40 dias seja
244 apresentada algum tipo de contribuição da região do Alto São Francisco e a gente possa
245 recebê-las em Belo Horizonte para conformá-las e num prazo máximo de 60 dias, possa
246 voltar esse mesmo tipo de trabalho com toda a informação das regionais do COPAM.
247 Também será feito esse tipo de apresentação às nossas câmaras especializadas em Belo
248 Horizonte que também contribuirão nesse trabalho. Um outro chamado importante é que
249 vocês estão cientes e devem ter recebido a informação recentemente que nosso site
250 houve bloqueio por força do regime eleitoral que está sendo implantado e foi reaberto e
251 a partir dessa abertura com informações técnicas e não de divulgação de plataformas
252 eleitoreiras, conforme o tribunal faz a restrição, nós estaremos disponibilizando a partir
253 de agora todo o material que vai ser lido pelos senhores e acessados pelos senhores, nas
254 reuniões seguintes. E mais ainda, nós estaremos disponibilizando gradativamente e
255 recuperando todo esse material existente até agora, para que as informações pertinentes
256 como atas e decisões venham ser colocadas nesse site gerando uma informação bastante
257 importante na contextualização dessa regionalização que foi feita ao longo desses
258 últimos três anos. Muito obrigado.

259 Ilmar Santos – Obrigado Rogério. Nós, pelas informações e até pertinente, fazer um
260 esclarecimento, que todos os sites do Sistema Estadual de Meio Ambiente foram
261 reformulados em função de normas do Tribunal Regional Eleitoral e todo aquele
262 assunto que pudesse ter uma conotação propagandística, até projetos como Minas Sem
263 Lixão, por exemplo, foram todos retirados e o que nós temos no site ficaram apenas
264 aquelas informações que são fundamentais do serviço público que o empreendedor e o
265 cidadão precisam ter acesso. Durante o período eleitoral nós vamos manter esses sites
266 dessa forma, e obviamente depois, vamos restaurar os sites após o término desse
267 período. A última comunicação da minha parte é citar que estamos todos os
268 conselheiros devem estar cientes da publicação do Decreto 44.309, e isso vem
269 regulamentar as questões das multas e autuações no que se refere à nova lei 15.972. O
270 que eu queria alertar é que o Decreto regulamentando essa nova lei, ele indica a questão
271 de como autuar, quais as gradações das multas, e quero chamar a atenção que as multas
272 passaram a ser bastante contundentes e pesadas. Hoje, o SISEMA está adotando a lei de
273 crimes ambientais no tocante a essa questão. E exatamente por se tratar de uma nova
274 legislação, a Secretaria de Meio Ambiente está fazendo a capacitação e treinamento de
275 seus técnicos, do seu pessoal jurídico no tocante à interpretação desse novo decreto e os
276 critérios para essa nova legislação de multas. Eu trago esse assunto aqui porque eu
277 gostaria, e como eu acho que o assunto é bastante pertinente e diz que a parte mais
278 sensível do corpo do ser humano é o bolso, então, com certeza isso irá trazer profundas



279 conseqüências, no tocante às infrações realizadas pelo SISEMA, aqui pela SUPRAM.
280 Portanto, a minha sugestão é que os senhores pudessem solicitar à própria Secretaria de
281 Meio Ambiente que pudesse, provavelmente, na próxima reunião, ou num momento a
282 parte, trazer a parte do setor do Núcleo de Normatização, um esclarecimento para que os
283 senhores possam entender, porque agora, a coisa muda um pouco. Veja bem: só existem
284 duas instâncias recursais com relação à autuação. No caso da FEAM a primeira
285 instância sou eu, a presidência. Se for indeferido o pedido do empreendedor com
286 relação à multa, a última instância é a Câmara Especializada do COPAM. Aqui, acredito
287 que é da mesma forma: a primeira instância é a superintendente e segunda e última
288 instância, essa câmara. Então, as multas serão mais rápidas as suas conclusões. Tem
289 prazos e não podemos prevê-los com risco de nulidade dessas autuações, de forma que
290 eu acho fundamental que os senhores conselheiros devem ter muito claro como está essa
291 gradação e quais são os critérios. Só para vocês terem idéia, uma multa gravíssima
292 agora não fica por menos de meio milhão de reais. É uma mudança muito grande e que
293 eu acho que tudo que é novo e que afeta essa região sensível do corpo humano, que é o
294 bolso, precisa, efetivamente, estar esclarecido para que nós não venhamos a cometer
295 erros nesse início de processo e de uma nova regulamentação ambiental no estado de
296 Minas Gerais. Essa é a informação e eu vou, particularmente, solicitar a SEMAD que
297 possa providenciar essa capacitação e esclarecimento aos senhores conselheiros, dessa
298 Unidade Regional Colegiada. Indago à Lais, se você teria um outro assunto, caso
299 contrário vamos passar ao próximo item da pauta. Agradecer a presença de algumas
300 pessoas: Sr. Antônio Rodrigues Filho, presidente da Câmara de Dores do Indaiá, Sr.
301 Paulo Gomes Santiago, Secretário de Educação, Sr. Hélio Carneiro, Secretário de
302 Indústria, Sr. Maurício Dias, Secretário de Agricultura, Sr. Eduardo Gouvêa, Chefe do
303 Departamento de Meio Ambiente, Senhora, Teçália Courinos, Vereadora de Dores do
304 Indaiá, Luis Antônio Garcia de Carvalho, Secretário de Meio Ambiente de Luz, Sr.
305 Cornélio Rodrigues, Secretário de Meio Ambiente de Quartel Geral, Sr. Antônio Divino
306 Miranda, Prefeito de Lagoa da Prata, Sr. Tarlei Santos, Presidente do Sindicato Rural de
307 Dores do Indaiá, Sr. Paulo César Pinto Ribeiro, Presidente da Associação Comercial e
308 Industrial de Dores do Indaiá e o Sr. Sotero José Greco, Presidente do Comitê da Bacia
309 do Rio Pará. Eu acho bom fazer os destaques, mas por outro lado, às vezes, a gente
310 esquece pessoas importantes e ficam chateados. Perdoem-nos aqueles que nós omitimos
311 aqui. Item 3 – Exame da Ata - Dando prosseguimento a nossa pauta, passamos para o
312 item 3 que é Exame da Ata da 23ª. Reunião Ordinária deste conselho que ocorreu na
313 cidade de Luz, em 18/05/2006. Nós tivemos aí o intervalo da Copa do Mundo, de mais
314 um mês e retornamos agora com 24ª. Reunião aqui em Dores do Indaiá. Eu indago
315 senhores conselheiros e senhora conselheira se existem alguns comentários e alterações
316 com relação à ata. Se não existem mudanças ou alterações para se fazer nessa ata eu
317 então, indago os senhores conselheiros se podemos votar essa ata e então, senhores
318 conselheiros que concordam e aprovam essa ata permaneçam como estão, e aqueles que
319 discordam que se manifestem. APROVADA.

320 Item 4 – Nós temos a palestra pela senhora Maria Luiza Assunção Pimenta, Diretora do
321 Empreendimento Somai Nordeste, atividade de avicultura de postura. Convidamos a
322 senhora Maria Luiza que possa, por favor, iniciar a sua apresentação.

323 Maria Luiza Assunção Pimenta – Gostaria de agradecer o convite que fizeram à nossa
324 empresa para que estivéssemos aqui para mostrar a experiência que nós estamos tendo
325 num programa de responsabilidade social e ambiental que estamos fazendo lá junto à
326 nossa empresa, na cidade de Montes Claros e nas comunidades do entorno. Numa



327 apresentação breve vou falar para vocês como é a nossa empresa e mostrar um histórico
328 dos problemas ambientais que a gente passou na empresa e os dois pontos que nós
329 estamos trabalhando para resolver o problema. É o Programa de Responsabilidade
330 Social e Ambiental e um Programa Intensivo de Combate às Moscas que é o nosso
331 principal problema. A Somai Nordeste é uma empresa de avicultura de postura, são
332 galinhas que botam ovos. A gente não tem frango de corte. É localizada em Montes
333 Claros e está a 20 km afastada da cidade. Começou com suas atividades de postura em
334 1975, mais de 30 anos de atividade. Temos um plantel de 1.850.000 aves, dessas
335 1.450.000 em produção e 400.000 aves na idade de cria e recria. A gente produz
336 diariamente 1.150.000 ovos, é uma produção bastante expressiva. Temos 500
337 empregados contratados na folha e estimamos que geramos em torno de 1.500 empregos
338 indiretos, principalmente na agricultura, transporte e fretes. Essa é uma foto da granja. É
339 uma granja que toda atividade de produção de postura está concentrada num único
340 lugar. Não somos a maior granja do Brasil, existem outras maiores do que a nossa, mas
341 a nossa é das maiores que está concentrada num único local. Outras granjas maiores que
342 a nossa tem unidade num lugar e outras unidades em outros locais. Realmente, nesta
343 granja, que é de postura, tem 1.450.000 aves. Vou mostrar o histórico de um problema
344 que nós passamos. Da granja inaugurada em 1975 com a postura até mais ou menos 10
345 anos atrás, as moscas que eram procriadas na granja, elas se alastravam em todas as
346 comunidades em torno da granja. No mapa, em vermelho mostra o município de Montes
347 Claros, e a granja está afastada 20 km. Em verde, é a área da fazenda da granja e em
348 vermelho é o setor onde estão concentradas as aves. E cada letra é uma legenda de uma
349 comunidade do entorno. Então, tem as comunidades de Santa Maria, Monte São,
350 Pinheiros, Abóbora, e isso dá um raio de mais de 7 km e até 10 anos atrás, as moscas
351 que eram procriadas na granja incomodavam todas estas comunidades. Nesse tempo eu
352 ainda não estava na granja, mas o que eu ouço falar é que houve muito problema, muita
353 reclamação e teve de tudo. Teve gente indo à granja, interrompendo estradas, não
354 permitindo a entrada, querendo fechar a granja. Nós passamos por muitos problemas.
355 Em 1997 a gente chamou a Dra. Doralice Pedroso, da EMBRAPA de Santa Catarina,
356 que é especialista nesta área. Ela foi à granja e nos ajudou num programa de combate às
357 moscas. Primeiro naquela época a gente usava inseticida e a mosca ficava resistente e
358 tinha muito problema. Mandou parar com o inseticida e aplicar cal no esterco para
359 mantê-lo seco, utilizar lança-chamas que mata larvas e moscas recém-nascidas.
360 Implantar uma cortina verde de eucaliptos para que a mosca que nascesse na granja não
361 chegasse até a comunidade. Melhorar nos bebedouros, e isso é muito importante porque
362 um bebedouro pingando molha o esterco e ele úmido é onde procria moscas. Então, nós
363 fizemos tudo isso. Esse problema de moscas estava resolvido. Em 2005 as moscas
364 voltaram a atrapalhar uma das comunidades que é a de Santa Maria, juntamente com a
365 comunidade de Abóbora e que são muito próximas à unidade de produção. Santa Maria
366 dá um 1,5 km. E a mosca voltou a atrapalhar a comunidade de Santa Maria, e as outras
367 não. Por oito anos ficou tudo bem. Há um ano, um ano e meio atrás, teve o problema em
368 Santa Maria. A comunidade dá em cima da empresa e reclama e faz denúncias em
369 diversos órgãos ambientais e eles foram muito competentes nisso, visitando COPAM,
370 Secretaria do Meio Ambiente, IEF, IBAMA, televisão, Câmara de Vereadores, onde
371 teve uma audiência pública que foi muito pesada contra a Somai. Teve reportagens na
372 TV informando que as moscas haviam voltado e em todas as comunidades. Mas nunca
373 procuraram a empresa para falar que tinham problemas de moscas. Do outro lado a
374 gente sabia que, todo mundo que vai visitar a nossa granja percebe que não havia



375 moscas lá. Nós tínhamos um contato bom com as comunidades e sabíamos que não
376 tinha moscas. Mas na comunidade de Santa Maria fazia um “auê” danado que a empresa
377 falava que essa comunidade está querendo é outra coisa, não possível, pois o que eles
378 estão falando não é verdade e a gente não acreditava no que a comunidade falava e era
379 uma luta, uma guerra, a comunidade contra a empresa. A empresa acreditava que se têm
380 moscas na comunidade era por causa deles, era um problema causado por eles, como
381 lixo. Até que nós vimos que estava muito pesado e tínhamos que dar uma solução para o
382 problema e vimos que nós tínhamos dois problemas. Um problema real de moscas nessa
383 comunidade, mas tínhamos um problema muito grande no relacionamento com a
384 comunidade e que tínhamos de resolver. Nós tínhamos de combater a mosca porque
385 sem combater não conseguiríamos conviver com a comunidade. Não bastava combater a
386 mosca. Teríamos que fazer também, um programa de responsabilidade social e
387 ambiental e aproximar, não dó dessa comunidade, mas das outras também, sendo que
388 tudo isso, com a participação das comunidades. Vou apresentar os dois programas que
389 estão acontecendo em paralelo. Um não resolverá o problema se não tiver implantado o
390 outro. Apresentarei primeiro o programa de responsabilidade social e ambiental que a
391 estamos implantando com as comunidades. Para fazer isso nós contratamos o professor
392 Luis Lobo, da Unimontes, em Montes Claros, com formação em Assistência Social e
393 especialização em Sociologia. Ele foi e começou a diagnosticar e elaborar um plano de
394 ação e monitorar os impactos sociais e ambientais decorrentes da empresa e começou a
395 fazer esse programa conosco. De todas aquelas comunidades, nós também não
396 podíamos trabalhar com aquela quantidade de comunidade e tivemos que definir qual
397 seria o nosso foco e foram as comunidades mais próximas: Santa Maria e Abóboras e
398 Monte Sião. Havia uma diferença entre elas. A comunidade de Santa Maria tem mais
399 sítios, mais moradores de Montes Claros, já Abóboras e Monte Sião, era composta por
400 moradores rurais. Primeiro começamos com a mobilização social e apresentar essa
401 nossa proposta de trabalho para as comunidades. Marcamos as reuniões com as
402 comunidades. Apresentamos o programa. Essa foto é da comunidade de Abóboras, de
403 trabalhadores rurais. Como nós tivemos um ótimo relacionamento foi muito bem aceito
404 o programa. A foto da direita é um dos sítios da comunidade de Santa Maria. Eram os
405 que mais reclamavam e foi muito difícil chegar até eles e conseguimos. Próximo passo
406 foi a construção em conjunto com as sociedades do plano de ação social e ambiental. A
407 partir daí veio o professor Luis Lobo com o diagnóstico participativo e ia às
408 comunidades e perguntava a eles quais eram os problemas e listava, e indagava o que
409 poderia ser feito para resolver esse problema, e eles mesmos iam falando e sugerindo.
410 Depois iam à procura de parceiros que poderiam resolver o problema. Muitas vezes
411 acusavam a empresa como causadora do problema. E conseguimos fazer esse
412 diagnóstico que foi construído com a comunidade de Abóboras e Santa Maria, porque a
413 comunidade de Monte Sião entrou posteriormente ao projeto. Aqui são exemplos do que
414 as comunidades foram levantando. A comunidade de Santa Maria queria somente a
415 solução para o problema das moscas. Mas, depois conseguimos chegar próximos a eles
416 e descobrimos outras necessidade que eles tinham. Recuperação de estradas e nascentes
417 que alimentam o rio Santa Maria. Construção de fossa séptica, porque no outro trabalho
418 de combate às moscas que fizemos, descobrimos residências sem banheiros. Construção
419 de passagem molhada num ponto da estrada. Sinalização das estradas. Educação
420 Ambiental. Depois, na comunidade de Abóboras, que tem mais trabalhadores rurais
421 mais humildes, não tinham problemas de moscas. Pediram estradas e recuperação de
422 nascentes e falavam mais na parte ambiental. Reparação de nascentes, área degradada.



423 Tinha uma cascalheira que eles pediram para recuperar. Formação de floresta social.
424 Construção de fossa séptica e também passagem molhada. E pediram para cercar o
425 cemitério e ajudar na escola. Eles foram levantando várias demandas e depois fomos
426 trabalhando nestas solicitações. Para cada ponto que eles levantando nós procuramos
427 dentre os órgãos quem poderia nos ajudar a resolver esses problemas, sendo que em
428 todas as ações tivemos que colocar a comunidade trabalhando. Na hora de cercar o
429 cemitério, contamos com o material da empresa e a comunidade construiu o muro em
430 sistema de mutirão. Sempre contando com a participação da comunidade. Esse
431 programa está trazendo muito benefício para as comunidades. Muitas vezes elas eram
432 muito apáticas e agora estão sabendo se mobilizar. Estão aprendendo a reivindicar
433 aquilo que precisam. Para a empresa houve uma melhor comunicação com os vizinhos.
434 Quando havia mosca e a comunidade ia ao COPAM reclamar, hoje vão à empresa e
435 falam conosco e esse relacionamento está melhorando muito. A imagem da empresa em
436 Montes Claros está melhorando muito. Há pouco tempo a Somai era vista como uma
437 empresa que produzia moscas e hoje não. Aqui é um grande trabalho que estamos
438 fazendo na parte de responsabilidade social e ambiental. É um programa de
439 monitoramento das bacias do Rio e vai chegar até ao rio São Lomberto. É um programa
440 que estamos fazendo com a Secretaria de Meio Ambiente de Montes Claros que tem
441 uma atuação muito forte que está nos apoiando demais, com a EMATER e a empresa.
442 Nós pretendemos com esse programa contribuir para a promoção e recuperação
443 ambiental das sub-bacias dessas três comunidades que envolvem esses dois rios. Os
444 objetivos mais específicos do programa: Contribuir para regularização das vazões do
445 curso d'água; contribuir para a redução do processo erosivo; promover a recomposição
446 florestal das matas ciliares; incentivar e apoiar a educação ambiental, para tanto estamos
447 fazendo esse trabalho; contribuir para a promoção sustentável dessas comunidades. Esse
448 é o programa que estamos fazendo. Nesse último domingo fizemos a abertura desse
449 programa. Primeiro fizemos um projeto junto com a EMATER de tudo o que seria feito.
450 Ele foi discutido entre a EMATER, a Secretaria e a empresa e com as comunidades.
451 Começamos a fazer algumas coisas e fizemos a abertura oficial do programa com a
452 participação das comunidades. Aqui é o Reinaldo da EMATER e apresentou o
453 programa e as ações que seriam feitas, como construção de barraginhas, cercar
454 nascentes e mostrou o custo desse programa para a comunidade, pois é importante eles
455 saberem o valor do projeto. Depois abrimos para todos falarem: do lado esquerdo está o
456 vice-prefeito, representando sua mãe que é dona de uma propriedade na comunidade de
457 Santa Maria e apoio o projeto. Várias pessoas falaram e participaram em conjunto.
458 Começamos, então, uma expedição por algumas nascentes que alimentam o Rio Santa
459 Maria, onde foi realizado um trabalho de educação ambiental. Visitamos algumas
460 barraginhas recém construídas pelo projeto onde uma técnica da Secretaria do Meio
461 Ambiente explicou a importância das barraginhas. Nessa foto aparece um proprietário
462 rural que mostrando uma nascente em suas terras e é um dos que preservam e valorizam
463 a nascente. A técnica também orienta como deve proceder no cuidado com as nascentes.
464 Ao final, na propriedade de uma moradora, o nosso Secretário de Meio Ambiente que
465 apóia o projeto e expõe o programa que está construindo que é o Ecocrédito e
466 incentivando os proprietários a preservarem as nascentes. Terminamos com uma
467 feijoada na propriedade de um dos moradores que mais reclamavam da Somai, onde
468 juntamente conosco, ele participou e serviu a todos. Esse é o programa que nós estamos
469 fazendo com eles. Outras coisas que fizemos nesse programa de responsabilidade social
470 e ambiental é a formação de florestas sociais em parceria com a Secretaria do Meio



471 Ambiente e as comunidades. A secretaria entra com as mudas, a comunidade com as
472 terras e Somai com a mão-de-obra. Nós já plantamos mais de 5.000 mudas ao longo da
473 estrada. A empresa também entra com o adubo e a irrigação. Recuperação de área
474 degradada. Nesta foto, aparece onde era uma das cascalheiras que falaram que há anos
475 estava daquela forma, e quando construíram a estrada acabaram com aquilo ali para a
476 retirada de cascalho. A Secretaria do Meio Ambiente cedeu as mudas, a empresa furou
477 as covas com adubos e quando a chegava a chuva nós plantávamos. A Secretaria que
478 começou enviando mudas para a empresa. Recuperação de estradas. Recuperamos as
479 estradas que dão acesso para as comunidades. No final houve uma confraternização para
480 comemorar e até hoje eles convidam a empresa para participar de algumas festividades.
481 Hoje somos parceiros e amigos realmente. Esse é o nosso programa de responsabilidade
482 social e ambiental. Nós trouxemos um DVD de uma reportagem da TV local mostrando
483 a expedição. Se possível está a disposição e tem uma duração de cinco minutos. Mostrei
484 para vocês o trabalho que fizemos de aproximação com as comunidades. Esse trabalho
485 não surtirá efeito se as moscas continuarem atrapalhando a comunidade de Santa Maria.
486 Então, são os dois projetos em paralelo. E o programa atual de combate às moscas que
487 estava atrapalhando a comunidade de Santa Maria. Primeiramente criamos uma
488 comissão de trabalho com representantes da comunidade e contamos com o presidente,
489 com técnicos do IBAMA, um biólogo convidado pela comunidade, representantes da
490 empresa, o Alexandre do COPAM e chamamos, novamente, a Dra. Doralice de Santa
491 Catarina. Primeiro criamos essa comissão e trabalho para resolvermos os problemas
492 todos nós juntos. Começamos, então, abrindo a empresa para conhecerem como é feito
493 o manejo do esterco e todos foram “in loco” levantar o problema. Onde eles queriam ir,
494 eram levados. Foram ver que o esterco, que normalmente não temos porque é mandado
495 para Patos de Minas para venda, e viram juntamente com a Dra. Doralice, a explicação
496 de como funciona. Depois fomos para a comunidade. Existe algum foco de mosca na
497 comunidade? Foi quando percebemos dois problemas: uma pocilga existente na região e
498 a ausência de fossa em algumas residências, e percebemos que precisaríamos melhorar
499 isso também. Fomos à empresa e todos juntos construímos o nosso plano de ação de
500 combate às moscas, acompanhados pela Dra. Doralice. Voltamos à comunidade e
501 apresentamos o plano a todos, apesar da resistência de alguns. Apresentamos para eles e
502 começamos a trabalhar. Vou mostrar aqui alguns pontos desse programa de combate às
503 moscas. A empresa está aberta para quem quiser visitar e acompanhar o que foi feito.
504 Primeira coisa e uma das mais importantes: tivemos que criar na empresa uma equipe
505 destinada ao manejo e ao combate às moscas. Essa equipe chamamos de brigada do
506 esterco. Intensificar a aplicação de cal. Sabemos que não são em todas as granjas que
507 jogam cal no esterco. Mas na nossa região essa é uma medida muito boa que mantém o
508 esterco seco, pois é no esterco úmido que a mosca procria. Continuar o uso de lança-
509 chamas, utilizar larvicida em momento crítico, porque até então, não utilizávamos em
510 nenhum inseticida e larvicida. Todo o nosso controle era físico e biológico. A gente não
511 utilizava controle químico. Então, a doutora nos disse que em momentos críticos
512 devemos utilizar o larvicida colocado na ração e a mosca que vai se alimentar das fazes,
513 ela não procria. Utilização de iscas com adulticidas. Nós até estávamos utilizando e a
514 doutora corrigiu esse uso. Melhorar a ventilação no galpão. O importante é manter o
515 esterco seco. Elevação de bebedouro para não pingar o esterco. Implantamos uma ficha
516 de atividades em cada galpão para controle da brigada do esterco. Monitorar a
517 temperatura de água. A doutora nos pediu para fazer, porque se a água está muito
518 quente a galinha bebe mais, e conseqüentemente as fezes serão mais úmidas.



519 Monitoramento do vento que é muito importante. Porque na granja não existe mosca,
520 mas na comunidade próxima a um 1,5 km, sim. Uma das ações é o monitoramento do
521 vento para ver se por acaso, não é por ai que está havendo moscas. Um treinamento para
522 a brigada do esterco. E ela sabe como é o ciclo da mosca. Outros pontos muito
523 importantes do nosso programa: primeiro, um monitoramento quantitativo da população
524 de moscas que é feito pela Unimontes e supervisionado e fiscalizado pelo COPAM. Ter
525 uma auditoria externa feito por um indicado pela comunidade, duas vezes por semana
526 para conferir se a empresa está cumprindo o programa e tem toda a abertura, indo onde
527 quiser na empresa. Visita constante da comunidade à empresa. Essa a solução arrumou
528 para o problema e que está realmente dando certo e resolvendo o problema da
529 comunidade.

530 Samuel – Representante da Comunidade do Inhame – Eu gostaria de perguntar, Maria
531 Luiza, que você falou na Dra. Doralice, e ela já esteve na comunidade a pedido da
532 Câmara e do próprio empreendedor e ela passou tudo isso que você falou ai. Só que o
533 empreendedor não teve boa vontade de fazer isso, e já são 10 anos...

534 Ilmar Santos – Só um segundo, por favor. Nós tivemos uma apresentação para
535 esclarecimento. Este assunto ele está pautado. Então não vamos atrapalhar a ordem do
536 programa. Se o senhor quiser só tecer algum comentário e esclarecimento sobre a
537 apresentação, nós abriremos somente para os senhores conselheiros. Esse assunto está
538 pautado para a reunião. Eu indagaria aos senhores conselheiros e conselheira se tem
539 alguma dúvida a perguntar em relação à apresentação da Sra. Maria Luiza Assunção.

540 André Picardi – Representante Prefeitura de São Roque de Minas – Vocês
541 conseguiram solucionar um problema que durava alguns anos na granja de vocês.
542 Parece que há 10 anos solucionado. Parece-me que isso requereu um esforço continuado
543 na empresa. Vocês tiveram que adotar medidas que vocês têm que manter esse trabalho
544 durante algum tempo. Em quanto tempo vocês conseguiram daquela situação crítica de
545 incomodar uma dezena de comunidades e qual foi o tempo necessário para fazer essa
546 transição e uma segunda informação importante para mim quando eu for analisar o
547 processo em julgamento aqui. Sou leigo no assunto, mas imagino que haja uma
548 diferença na população de moscas que infesta determinada granja de acordo com o
549 período do ano que a gente está vivendo em função da umidade. Eu acho que agora
550 estamos atravessando um período de seca, o inverno, e que nesse momento
551 naturalmente a população de moscas deva diminuir.

552 Maria Luiza – A visita da Dra. Doralice que foi ainda num momento crítico, que foi
553 em fevereiro. De lá para cá nós estamos conseguindo esse trabalho. Durante as reuniões
554 nós percebemos muitas comunidades reclamando da presença de moscas e duvidando
555 da empresa. Outros também apoiavam e acreditavam no programa. Teve também a
556 comunidade nos ajudando. Foi um período de menos de seis meses. Com relação às
557 moscas, é exatamente isso ai. Durante o período de chuva aumenta muito, e na época da
558 seca diminui. Estamos passando por um momento em que a mosca diminuiu, mas só
559 vamos o resultado do nosso programa intensivo quando chegar novembro, dezembro e
560 janeiro.

561 Camilo de Lelis – FEDERAMINAS – Eu gostaria de saber da senhora uma
562 informação, por alto, até o momento, qual o valor monetário e custo da implantação
563 desse projeto?

564 Maria Luiza – As atividades mais caras são aquelas que estamos fazendo agora. Nós já
565 construímos, recuperamos em torno de 20 km de estrada e isso ficou em mais de R\$
566 50.000,00. Várias dessas ações estamos fazendo em parceiras. Inicialmente iríamos



567 recuperar estradas, fazer barraginhas, fazer passagem molhada, mas chegou a Secretaria
568 do Meio Ambiente e informou da existência de TAC que permite o uso de 200 horas de
569 máquina para construção para barraginhas. Então, o recurso destinado para a construção
570 de barraginha foi destinado para outra coisa. O projeto em si está orçado em R\$
571 300.000,00, e contamos com o apoio de todos. No projeto nós temos custo de mão-de-
572 obra, mas iremos aproveitar da comunidade que está disposta a trabalhar. O que está
573 sendo muito caro é manter todos os consultores. Contratamos consultar, auditor e essas
574 são as despesas mensais que serão por muito tempo. Para a parte somente de
575 consultorias, está em torno de R\$ 4.000,00 por mês. As obras e estradas já foram mais
576 de R\$ 4.000,00. Cercar as nascentes nós imaginamos em torno de R\$ 10.000,00 a R\$
577 15.000,00. Cada atividade tem o seu preço. E essas atividades nós não vamos fazer tudo
578 agora não. É um processo e esperamos concluí-lo em dois anos.

579 Humberto Pozzolini – Codema de Divinópolis – Eu gostaria de parabenizar a empresa
580 pelo marketing social com o intuito de envolver a comunidade e de resolver o problema.
581 Eu gostaria se possível, o endereço eletrônico da senhora, para que essa apresentação
582 fosse nos encaminhada para possíveis problemas que vem acontecendo na nossa região.

583 Maria Luiza – mluiza@somainordeste.com.br. A apresentação eu trouxe num CD e
584 pode ser copiado aqui por estar muito pesada para enviar por e-mail.

585 Gilson – FUNED – Eu gostaria de saber o nome do sociólogo que iniciou o processo?
586 Porque do ponto de vista sociológico, realmente foi um processo muito difícil.

587 Maria Luiza – Professor Luis Lobo, da Unimontes.

588 Lucélio – FIEMG – Sobre as obras nas pocilgas e nas instalações sanitárias já foram
589 concluídas?

590 Maria Luiza – Nas pocilgas nós não conseguimos contatar o proprietário. Eu estou
591 com a preocupação que não seja nada punitivo. Eu quero ajudá-lo, mas essa
592 aproximação está difícil. Com relação às fossas, nós estamos com um projeto com a
593 FUNASA e estamos tentando, pois, como o IDH de Montes Claros é alto, estamos com
594 dificuldades para fazer. Porque não será a empresa que vai bancar tudo isso. Temos que
595 procurar parceiros.

596 Lucélio – Nas coletas de moscas nas comunidades e as pesquisas feitas dentro da
597 empresa tem divergência de espécies diferentes?

598 Maria Luiza – Não. Isto também foi um programa que a doutora fez. Eu não sou
599 especialista e eles me falam uns nomes das moscas e eu misturo, mas para mim é tudo
600 igual. Mas a que incomoda as comunidades é a mosca doméstica. Eles falam muito lá:
601 “eles encontraram a mosca chupadeira”, mas isso nós conseguimos mostrar que não é
602 originária da granja. Uma outra coisa que não falei: essa o problema está no gado. Nós
603 temos gado lá também. Então, nos prontificamos quando vacinarmos o nosso gado e
604 fizemos a limpeza do gado, iremos fazer isso no gado da comunidade também.

605 Ilmar Santos – Acredito que os esclarecimentos já foram encaminhados. A senhora já
606 nos esclareceu eu queria agradecer à senhora Maria Luiza Assunção Pimenta, da Somai
607 Nordeste, por essa informação que é extremamente importante para essa região, porque
608 essa é uma atividade econômica daqui e bastante desenvolvida. Eu acredito muito nesta
609 troca de experiências e pegar os atalhos e caminhos das pedras e queria agradecer e
610 parabenizar a empresa pela pró-atividade, no sentido de viabilizar o seu negócio, mas o
611 respeito pelas demandas e necessidades da comunidade. É uma forma inteligente de
612 poder continuar produzindo e tendo a sua atividade em consonância com o apoio das
613 comunidades do entrono. Quero agradecer e parabenizar e talvez a senhora pudesse
614 disponibilizar lá para a superintendência e ela, autorizada pela senhora, distribuir para



615 todos que tenham interesse em verificar de perto essa experiência e os contatos da
616 Somai. Item 5 – Processo administrativo para exame de Revalidação de Licença de
617 Operação – 5.1 – Granja São Geraldo – avicultura de postura – Divinópolis/MG –
618 PA/COPAM/90004/1999/003/2006 – Apresentação SUPRAM-ASF. Abro para os
619 senhores conselheiros a discussão.

620 Capitão Valmir – A questão do licenciamento da Granja São Geraldo nós já discutimos
621 aqui algumas vezes e o relatório cita da fiscalização realizada. Nestas três últimas em
622 que o controle das moscas se apresentava em caráter satisfatório. À medida que se lê o
623 relatório entende que está tudo bem. Mas não é verdade para quem conhece a Granja
624 São Geraldo e já participou de fiscalização lá no local. E realmente me preocupa muito
625 essa situação da granja, e eu comentei isso na última reunião, no período de chuva, e
626 estivemos lá no dia 25/11 e acharia que o José Antônio deveria ter citado também essa
627 fiscalização, que foi feita no período de chuva, porque aqui constam somente as
628 fiscalizações que foram feitas agora e a própria palestrante fala, e é de conhecimento
629 público, que no período da seca a proliferação de moscas diminui. A empresa mudou o
630 procedimento utilizando larvicida e agora no período de seca e controlar as moscas
631 nesse período é mais tranquilo e tem um domínio maior disso. O que me preocupa é a
632 proliferação no período de chuvas. Será que a granja vai ter o resultado esperado com
633 essas mudanças? E eu coloco aqui em xeque a credibilidade da empresa no sentido de
634 efetivação dessas situações, uma vez que, no boletim de ocorrência que foi
635 encaminhado ao Ministério Público no final do ano passado, dava conta de que foi
636 detectado em todos os galpões alto índice de proliferação de moscas. As armadilhas não
637 estavam tendo a manutenção adequada e eram ineficientes. Não foi uma constatação
638 específica minha. Estavam presentes o Dr. Camilo Lelis, o Sr. Edson da Conceição, o
639 Marcos Vilela, que são conselheiros aqui do COPAM e constataram o mesmo fato no
640 final do ano passado. A partir do momento em que a empresa vem para o chamamento
641 da renovação da licença, ela começa a cumprir as condicionantes que não cumpria,
642 começa a buscar meios mais eficientes para controlar as moscas. A minha pergunta é:
643 nós vamos renovar essa licença e será que a empresa vai continuar fazendo um combate
644 eficiente às moscas ou vai retornar à situação que nós encontramos em novembro do
645 ano passado? Eu não concordo com o relatório em que se colocam simplesmente as três
646 últimas fiscalizações que estavam no período de seca e inclusive esse BO foi
647 encaminhado para que se fosse feito o auto de infração da empresa porque ela não vinha
648 cumprindo as condicionantes. Foi enviado ao Ministério Público devido ao crime
649 ambiental. É a minha opinião e eu coloco aqui até para debate, porque temos que
650 encontrar um caminho. Será que simplesmente licenciar a empresa mais seis anos e já
651 participamos de inúmeros debates e a comunidade afetada reclama e com razão. Em
652 novembro nós constatamos isso. E simplesmente pelo relatório, na minha opinião, ele
653 não serve de base e devemos levar em conta os antecedentes e a vontade que a empresa
654 não estava tendo em efetuar esse combate das moscas.

655 Marcos Vilela – Complementando o que o Capitão Valmir acabou de dizer é em
656 relação a esse auto de infração que foi emitido, que está em poder do IEF, e até hoje não
657 foi feita a dosagem da multa aplicada e nem encaminhado aqui. Essa é uma das
658 preocupações que a gente tem.

659 Humberto Pozzolini – Com relação ao empreendimento e tendo em vista que existem
660 umas condicionantes que devem ser cumpridas por obrigação até mesmo para operar. Se
661 existe um histórico no qual a granja não está cumprindo, então cabe uma autuação e a
662 partir daí quando o empreendedor estiver sendo penalizado, eu não acredito que o



663 empreendedor, sabendo dos problemas que ele vem causando perante a comunidade, ele
664 vai continuar com isso. Nós temos um exemplo apresentado pela Somai, de Montes
665 Claros. Então, é ter uma fiscalização mais atuante para que esse problema venha a ser
666 minimizado ao máximo. Não estou aqui em defesa do empreendedor, mas, que não tem
667 o interesse do empreendedor em manter uma situação ridícula.

668 André Picardi – Esse caso da Granja São Geraldo e essa exposição feita agora pela
669 Granja Somai é muito bom para ilustrar a diferença que existe entre razão social e
670 responsabilidade social. Razão social qualquer empresa consegue. Ela vai ao cartório
671 busca os seus registros, contrata um contador e tem uma razão social. Responsabilidade
672 social, poucas empresas têm. E no caso específico da Granja São Geraldo, no primeiro
673 dia que eu participei de uma reunião desse conselho, em fevereiro de 2005, a
674 comunidade trouxe para o NARC a preocupação e a denúncia que esta granja gerava na
675 comunidade. Passou-se um ano e meio com sucessivos relatórios negativos a respeito
676 dessa granja. Foram vários relatórios e isso acabou criando, para mim conselheiros, não
677 a impressão, mas a convicção de que se trata de uma granja de moscas e não uma granja
678 de frango. Foi um ano e meio em que os órgãos ambientais competentes: Ministério
679 Público, a Polícia Ambiental, a FEAM foram juntos ao empreendedor buscando
680 soluções para o problema e ele não apresentou solução em nenhum momento. Ele
681 esperou justo na hora da revalidação da licença para conseguir no momento do inverno
682 e na seca, sem nenhuma mosca, um relatório favorável à empresa dele. Ainda usou de
683 manobras políticas que adiaram o julgamento desse caso para conseguir uma licença
684 temporária para poder agora, com ele em funcionamento, a gente votar novamente a
685 revalidação dessa licença. Essa granja vai ter muita dificuldade para mudar, porque eu
686 não tenho mais a impressão. No primeiro momento eu tive a impressão dessa empresa,
687 durante um ano e cinco meses ele conseguiu transformar essa impressão em convicção.
688 Mudar uma convicção é muito mais difícil. Não vai ser uma única vitória, um único
689 relatório, deixando bem claro, que eu confio demais nos técnicos que estiveram lá, e
690 fizeram esse relatório favorável à empresa. Eu sou digo que esse momento é casual.
691 Aconteceu por acaso ou também por iniciativa da empresa de que nesse momento a
692 granja estivesse limpa para que ele conseguisse o licenciamento. E como o princípio que
693 rege o licenciamento ambiental principalmente, que é o da precaução. Exatamente por
694 um princípio da precaução eu vou declarar já aqui o meu voto contrário à renovação da
695 licença para a Granja São Geraldo.

696 Ilmar Santos – Eu queria que a área técnica pudesse dar algum esclarecimento com
697 relação ao relatório, por favor.

698 José Antônio – SUPRAM ASF – Pelo o que eu tenho acompanhado a granja desde
699 quando eu iniciei o meu trabalho aqui em Divinópolis, a granja vem alternando período
700 que mais infestação e período de menos, dependendo da época e do clima. Desses
701 últimos relatórios os quais eu fiz, e com a presença do Capitão Valmir e dos outros
702 conselheiros, nós constatamos que o produtor vem fazendo um trabalho desde o dia
703 18/04 e mudou completamente o que vinha fazendo antes. Então, pelos últimos
704 relatórios que foram feitos e que eu participei junto com as outras pessoas, a condução
705 da atividade está tendo um controle muito bom. Daqui pra frente não sabemos o que vai
706 acontecer. Está lá na condicionante para o proprietário monitorar e fazer constante
707 ajuste daquilo que está proposto no relatório. Vamos esperar a época da chuva e de
708 mudança de clima para ver. Agora, no momento atual, o funcionamento está sendo bem
709 conduzido. Isso é um trabalho proposto pela empresa Bayer, uma empresa muito idônea
710 e está acompanhando e monitorando semanalmente lá esse problema e temos um



711 relatório de comprovação dessa eficiência. É importante para granja uma empresa
712 idônea.

713 Ilmar Santos – Obrigado, José Antônio. Nós temos aqui alguns inscritos, oito, então
714 nós vamos dar um tempo. Nós temos um cronômetro aqui, e vamos permitir no máximo
715 dois minutos para cada um para sua manifestação e serei bastante rigoroso. O
716 empreendedor está presente? Eu queria ouvir também, o empreendedor. Então senhor
717 Pedro Coelho, por favor.

718 Pedro Coelho – Representante da Comunidade – Bom dia conselheiros, tenho só dois
719 minutos, então serei bastante rápido. O que nós temos aqui é um empreendimento que
720 durante todo o seu histórico se mostrou incapaz de controlar a proliferação de moscas e
721 no período da última reunião, e que o processo foi retirado de pauta o filme virou outro.
722 Num toque de mágica de “Mandrake”, tiraram da cartola um coelho e agora aparece um
723 empreendimento exemplar. Eu acho que o momento é muito sério e esse conselho deve
724 opinar pelo amor e não pelo temor e colocar a razão acima de tudo. Todo esse histórico
725 que foi demonstrado e culminou num Termo de Ajustamento de Conduta com o
726 Ministério Público, e Dra. Luciana sabe disso, encaminhado à justiça para ser
727 executado. Esse TAC onde tinha a cláusula do controle da proliferação de moscas não
728 foi cumprido. Está sendo executado, ou seja, até um mês atrás, não demonstrou vontade
729 nenhuma e desafiou até um TAC firmado com o Ministério Público e a partir de agora e
730 da última reunião de 18 de maio até agora, está se mostrando uma outra empresa. Eu
731 acho que os conselheiros devem votar pela não revalidação dessa licença que o
732 empreendedor entre com o recurso e que isso vá para Belo Horizonte, e que a discussão
733 aconteça lá com o apoio que eu acho que os conselheiros vão dar lá também, pelas
734 esclarecer as verdades. É uma questão de honra para esse conselho que o empreendedor
735 saia daqui sem essa licença. Muito Obrigado.

736 Ilmar Santos – Obrigado Dr. Pedro. Convido então o senhor Antônio Lúcio.

737 Antônio Lúcio – Representante da Comunidade – Senhores, bom dia! Há dezesseis
738 anos nós temos problemas. Em 2002 começamos a apresentar no COPAM a licença e
739 condicionantes em que ele não tem estrutura adequada e que não foi feito tecnicamente.
740 Vimos sofrendo constantemente esse problema e as vistorias feitas pelo próprio
741 COPAM e reza aqui e agora e quando você é convidado para a festa você se prepara.
742 Ele foi convidado para essa reunião e se preparou do jeito que está neste relatório. Eu
743 estive com ele e vou olhar na frente dele, e nós tivemos um leilão em Divinópolis e
744 passamos perto de uma barraca e você estava sentado e nós conversamos. Você está
745 lembrado? Nós sempre tivemos uma estima e um respeito e perguntei: Geraldo ajuda? E
746 ele me respondeu: _ Antônio esse é um problema que eu vou deixar o juiz resolver e o
747 que ele determinar, eu faço. Então eu pedi a ele para ir lá e disse que o meu filho não vai
748 mais lá porque os amigos dele não querem ir porque não conseguem ficar na mesa.
749 Minha família não vai. Eu pedi que deixasse a gente ficar lá. Eu cheguei em 83 e fico
750 sozinho. Ninguém quer ficar comigo lá. Meus amigos não vão. Isso eu pedi para ele e
751 não foi nada demais. E politicamente ele vem de tempos e tempos e várias vistorias
752 provam, com competência e chega, pedem vistas e saem e criam uma comissão
753 anulando cinco anos dentro de um processo. Olha, somos palhaços. Não estamos
754 querendo existir. Respeito. Política está entrando nisso. Em várias assembleias chegam
755 e cortam, sem mais nem menos, e tiram. Dez vezes criaram uma comissão e
756 atrapalhando toda fiscalização.

757 Ilmar Santos – Muito obrigado senhor Antônio Lúcio. Convido agora o senhor José
758 Maria Mendes.



759 José Maria Mendes – Representante do empreendimento – Bom dia a todos! Eu
760 gostaria de mostrar uma pequena diferença entre o que ocorre com a Granja São
761 Geraldo e na Granja Somai. Lá nós vimos uma interação muito grande entre a granja e a
762 comunidade. Isto não ocorre na Granja São Geraldo. O motivo único e que podem ver
763 que desde o início das denúncias e dos conflitos, é que a comunidade não é contra o
764 empreendimento. Nós temos em mãos abaixo-assinados de conselhos anteriores da
765 comunidade apoiando a granja e temos um recente abaixo-assinado com 236 assinaturas
766 da comunidade apoiando o empreendimento. Que esse fórum de questões ambientais
767 não pode vir para poder solucionar problemas pessoais. Se as pessoas não conseguem o
768 que querem ou se não tem um sucesso, estão usando o meio ambiente para poder
769 desabafar. Isso é um absurdo. A denúncia virou uma ferramenta para poder inibir
770 questões pessoais. Isso é um absurdo. O que estamos julgando aqui é se há um crime
771 ambiental, e que não foi provado, não existe um parâmetro de qual a quantidade de
772 moscas toleráveis. Já colocamos várias vezes à disposição de vistoria. A Granja São
773 Geraldo é a granja mais vistoriada no estado de Minas Gerais. O processo dela tem mais
774 de 1.700 páginas e é constantemente visita por todos. E estamos fazendo lá é
775 exatamente o que a Dra. Doralice propôs e agora estamos implantando uma mudança.
776 Temos tecnologia nova e nas condicionantes falam que havendo um descontrole e
777 desconforto, mude a tecnologia e nós estamos fazendo desde o começo do ano e isso
778 está sendo comprovado. O relatório quando é favorável ele não nos serve e quando é
779 contrário ele é pedido para ser usado.

780 Ilmar Santos – Muito obrigado senhor José Maria Mendes. Convidamos o senhor José
781 Aroldo de Freitas.

782 José Aroldo de Freitas – Representante da comunidade – Bom dia a todos! Estamos
783 aqui como advogado representando os dois conselhos comunitários rurais do Cacôco de
784 Cima, e Inhame e Jatobá. Conforme já protocolizamos no início da reunião, os dois
785 conselhos jamais foram consultados e nem receberam denúncias a respeito das moscas
786 da Granja São Geraldo. Sendo assim os dois conselhos não apóiam estas denúncias
787 desses quatro reclamantes que são, na verdade, o senhor Samuel Dias, Josué Gabriel,
788 Antônio Lúcio Fonseca e Etevaldo Gonçalves. Os abaixo-assinados, conforme já foi
789 citado pelo José Maria, anteriormente, o último que foi colhido com 237 assinaturas,
790 todos que assinaram concordam que não existem moscas nas comunidades. Inclusive,
791 no próprio requerimento do texto do abaixo-assinado, o que seria mais ou menos isso
792 aqui: “não concordo com as manifestações públicas através de jornais, panfletos e faixas
793 bem como denúncias ao Ministério Público feitas por uma minoria, utilizando o nome
794 da comunidade contra a Granja São Geraldo, denegrindo a imagem de políticos e
795 entidades do meio ambiente e seus dirigentes”. Informa ainda que: “que temos boa
796 convivência com a Granja São Geraldo e que moscas são normais no meio rural,
797 podendo ser de maior ou menor intensidade de acordo com as condições climáticas
798 durante o ano”, é só.

799 Ilmar Santos – Muito obrigado, senhor José Aroldo de Freitas. Convidamos o senhor
800 Anderson Constantino. Então, convidamos o senhor Geraldo Magela.

801 Geraldo Magela – Empreendedor – Boa tarde, senhor presidente Ilmar e demais
802 componentes da mesa. Meu nome é Geraldo Magela da Silva, sócio-proprietário da
803 Granja São Geraldo. Eu acredito que já antevendo, eu gostaria de pedir o presidente, por
804 se tratar de um assunto polêmico, que me desse um pouco mais de dois minutos para
805 que eu possa comentar sobre o assunto, se possível. Gostaria de antemão, agradecer essa
806 apresentação da Somai Nordeste.



807 Ilmar Santos – Só por uma questão de ordem, o inscrito Anderson Constantino, se ele
808 quiser ceder o seu tempo o senhor poderá utilizá-lo, pois a ordem não altera o resultado.
809 Geraldo Magela – Gostaria de agradecer essa explanação da senhora Maria Luiza, da
810 Somai, que muito veio enriquecer o nosso conhecimento. Também sou técnico. Não sou
811 nenhum moleque, sou um empresário sério. Temos quinhentos e poucos funcionários
812 em diversas propriedades em sete municípios de atuação. Nós não poderíamos ser tão
813 irresponsáveis ao tal ponto de deixar ao alento, uma granja com quase cem funcionários.
814 É uma granja que é 10% do tamanho da Somai Nordeste. Nós temos algumas
815 comunidades no entorno da granja, mas eu achei muito importante, e hoje nós já
816 começamos a fazer esse trabalho. Nós temos uma convivência muito boa com a
817 comunidade. Tratando-se de comunidade e não de pessoas isoladas, convivemos muito
818 bem porque sabem que no meio rural as moscas existem. Mesmo que amanhã venhamos
819 fechar a Granja São Geraldo ou a Somai Nordeste, vai continuar existindo moscas.
820 Aprendemos no primário o ciclo de vida, a mosca está presente. Agora, é claro que é
821 preciso fazer ações e nós temos feitos. Nossos relatórios são apresentados
822 semestralmente conforme as condicionantes e todas as vezes que apresentamos
823 relatórios, do final do ano para cá, temos pedido insistentemente a visita dos técnicos da
824 FEAM. Em muitas vezes não é possível, dado o pequeno corpo de técnico que tem o
825 NARC-ASF. Nós gostaríamos que fôssemos fiscalizados semanalmente. Estamos
826 abertos e gostaríamos de conclamar a esse conselho, o quê adianta nos negar e postergar
827 mais uma sessão ou duas, que fizemos aqui, um pacto de seriedade, aonde nós vamos
828 nos comprometer, se for o caso, implementar essas práticas que a Somai fez, e buscar
829 realmente um efetivo relacionamento com a comunidade, o que já temos, mas buscar
830 junto a essas pessoas que estão insatisfeitas, um caminho e diálogo e que é o que leva a
831 solução. Eu quero dizer que temos empenhados todos os esforços e as condicionantes
832 são cumpridas. Muitas das vezes as moscas criam resistências em função da
833 perpetuação da espécie. Ela se modifica e cria resistência e você tem que mudar o
834 inseticida. E é o que fizemos agora no princípio do ano antes de acontecer tudo isso.
835 Nós fomos visitados por biólogos e chegou-se a conclusão que na nossa granja é que a
836 cal estava matando os inimigos naturais e chegamos ao ponto da redução total dos
837 inimigos naturais. Foi isso então que nós fizemos essa implantação com a Bayer. Peço
838 encarecidamente, não com pena e nem com dó, mas por amor. Eu me comprometo,
839 como empreendedor, que a gente adote, juntamente com a comunidade e com o órgão
840 competente municipal, estadual e a comunidade procurar uma solução séria para
841 resolver o problema e fazer e acontecer, muito obrigado.

842 Ilmar Santos – Obrigado ao senhor Geraldo Magela e eu convido agora o senhor
843 Márcio Antônio. Então, eu convido por último o senhor Samuel Dias.

844 Samuel Dias – Eu gostaria de perguntar ao Geraldo, por que, há dez anos, ou melhor,
845 desde 91, quando ele foi licenciado em 2000. A Somai esteve lá juntamente com a Dra.
846 Doralice e fizeram palestras. Em 96, na cooperativa, e pedido da Câmara e ele não fez
847 nada nesses anos todos. Agora tem relatório de 31 de março, depois que a licença dele
848 venceu em fevereiro, ele foi autuado pelo promotor e inclusive já estivemos na
849 delegacia para abertura de inquérito policial. Como ele deixa chegar nesse ponto? O
850 licenciamento dele vencendo ele deveria estar todo certo, ou não? Isso é um crime que
851 ele está fazendo com a gente. Desde 91 e isso não pode continuar. Vamos mandar isso
852 para Belo Horizonte para ser resolvido e dar um prazo nele. Isso é uma vida para nós
853 que moramos lá. Aquele senhor falou dos conselhos da comunidade, ora, o presidente
854 não sai da granja. Estamos abrindo uma entidade social para termos o nosso direito de



855 reclamar porque eles não vão reclamar para nós. Nós vimos aqui, com o coração e como
856 o Geraldo falou, eu também sou homem. Um homem de 51 anos de idade. Sou uma
857 pessoa que não dou prejuízo a ninguém e estou correndo é pelos direitos dos meus
858 filhos poderem usufruir amanhã. Largo o meu serviço, venho aqui para ver se melhora
859 esse Brasil. Quando ouço o Hino Brasileiro eu tremo e vejo que as coisas no Brasil têm
860 que mudar e melhorar, porque senão como vamos fazer?
861 Ilmar Santos – Muito obrigado senhor Samuel Dias. Como não temos mais nenhum
862 inscrito eu indago aos conselheiros se precisam de mais alguma informação antes de
863 entrarmos em processo de votação.
864 Gilson – Eu gostaria de ter acesso ao abaixo-assinado da comunidade.
865 Ilmar Santos – Por favor, providenciem o abaixo-assinado. Senhores conselheiros e
866 senhora conselheira, mais alguma dúvida?
867 Camilo de Lelis – FEDERAMINAS – Eu gostaria de saber do José Antônio, porque foi
868 dito aqui por todo mundo é que a granja, até então, não fez nenhuma adequação. Pela
869 vistoria que o Capitão Valmir falou, e eu estive presente, ela estava fazendo adequação
870 sim. Ela desmontou dois galpões e construiu novamente dois. Inclusive nesses retratos
871 da vistoria, numa delas o retrato é do galpão novo. Outro fato que me surpreendeu
872 também, Dr. Ilmar, é que a Somai era o exemplo de granja sem moscas e me
873 surpreendeu que ela também tivesse problemas com a comunidade. Uma granja com 30
874 anos de existência, somente agora neste ano está conseguindo equacionar. Agora, se a
875 Somai tem competência com a Unimontes de fazer um trabalho com a comunidade e
876 com o Ministério Público e fazer a adequação, por que não a Granja São Geraldo? Nós
877 temos um sociólogo aqui que é o Gilson e representa uma universidade. Porque a
878 Granja São Geraldo não pode fazer um trabalho em conjunto com a universidade que
879 tem todo o respaldo e solucionar esse problema? Eu acho que se não der a licença para a
880 granja, o que ela faz, abre em outro lugar e teremos esse problema em outro lugar. Nós
881 temos outras granjas em Divinópolis. Quem sabe se fizesse esse trabalho em conjunto
882 da granja com a comunidade e com a universidade, através do Gilson, que é sociólogo e
883 solucionar o problema? Porque numa dessas discussões anteriores, eu propus que fosse
884 criada uma comissão da comunidade com a granja e a comunidade não aceitou. Eu
885 comentei que a questão de moscas era de fiscalização. Vocês têm que entrar na granja
886 como nós entramos. Eu fiz umas dez vistorias na granja. Nove estavam certas e uma,
887 errada. A que estava errada eu concordei e as que estavam certas também. Agora, se nós
888 enquanto conselheiros estivermos preservando o meio ambiente e não soubermos e não
889 fizermos uma adequação dessas de fazer uma composição, muito mais grave que a
890 granja foi a composição da siderúrgica em Divinópolis que houve a intervenção do
891 Ministério Público do Gilson e foi feito o Termo de Ajustamento de Conduta e
892 funcionou. Eu acho que os conselheiros deviam analisar também sob esse aspecto.
893 Marcos Vilela – Grupo AR Divinópolis – Eu gostaria de saber da técnica que fez a
894 apresentação, qual seria o tempo que eles levam para fazer a remoção do esterco?
895 Maria Luiza – Uma coisa é sobre muda forçada. Nós não temos muda forçada e outras
896 têm que diferencia e depende do tamanho do galpão. Tem galpão com 60.000 aves que
897 demora menos de uma semana para retirar. Agora temos galpão de 150.000 e o período
898 é muito maior. Para o galpão com 150.000 aves o período é de mais de uma semana.
899 Mas também, as nossas gaiolas estão numa altura que temos que fazer a remoção duas
900 vezes durante o ciclo. Fazemos a remoção na meia vida da galinha e depois quando ela
901 é descartada.



902 José Antônio – SUPRAM-ASF – Eu conheço a Granja Somai, já estive lá no ano
903 passado. É um trabalho muito bem feito e Maria Luiza está de parabéns. Estive na
904 granja de Itanhadu que são 3.000.000 de aves e o problema lá era a infestação de
905 moscas e o que era mais sério lá era o esterco. O problema do cheiro, pois as moscas já
906 haviam sido controladas. E no entorno de Itanhadu são 6.000.000 de aves dentro da
907 cidade e foi todo o problema controlado junto com a comunidade. É um trabalho de
908 parceria, pois, em toda área agrícola tem outras atividades que podem influenciar o
909 aparecimento de moscas. Estamos aqui para fazer uma fiscalização séria. Quando tem
910 moscas nós relatamos que tem e quando não tem, relatamos que não tem. E qual
911 qualquer solicitação, tanto o Geraldo quanto vocês nos comunicam e vamos lá e
912 verificamos e fazemos uma fiscalização dentro do possível. Nós também não estamos lá
913 para brincadeira e é um trabalho muito sério e qualquer dúvida estamos lá para
914 solucionar as dúvidas.

915 Humberto Pozzolini – Como a do conselheiro Camilo, a minha proposta seria a criação
916 de uma comissão para o acompanhamento do cumprimento das condicionantes. Parece
917 que já tinha essa proposta anteriormente. Eu acho que para um empreendedor desse
918 porte, como ele disse, são 500 colaboradores em diversas atividades e responsabilidade
919 por partes do empreendedor. Eu acredito que se criarmos uma comissão independente
920 acompanhando juntamente com a comunidade e as pessoas que se sentem agredidas e
921 caso não seja cumpridas as condicionantes, é fazer o que determina a lei. A cassação da
922 LO.

923 Capitão Valmir – Com referência ao que o conselheiro Camilo falou, realmente a
924 empresa naquela época estava desativando galpão e já tinha construído outro galpão,
925 conforme foi determinado por um grupo de trabalho que já havia sido criado
926 anteriormente e foi votado aqui no COPAM-ASF. Entretanto, as condicionantes, as
927 iscas, a forma de jogar a cal no esterco não estava sendo feito com a efetividade devida
928 e constatamos no local. Eu creio que nenhum conselheiro quer simplesmente, fechar
929 uma empresa por fechar. Mas, não deixar de conceder a licença realmente nós
930 pensamos nas pessoas que trabalham. Mas a que ponto as normas ambientais não são
931 cumpridas e que, em muitas vezes, esse artifício é utilizado para que as normas
932 ambientais não sejam cumpridas. Eu não acredito na credibilidade e retorno a dizer,
933 pelas fiscalizações que fizemos que as medidas adotadas pela empresa deveriam ser
934 adotadas a risca, não vinham sendo cumpridas. Mesmo diante de fiscalizações, como foi
935 dito, é considerado a granja de maior índice de fiscalização no estado. Mas se está sendo
936 fiscalizado desta forma, é porque tem muito transtorno e muitas são as denúncias no
937 Ministério Público e na Polícia Ambiental. Eu digo também, a respeito da empresa, e
938 que são várias outras empresas, nós formulamos e repassamos ao COPAM na última
939 reunião, um Boletim de Ocorrência de outro empreendimento da empresa, que se chama
940 Granja Ohara, no município de São Sebastião do Oeste, em que foram desrespeitadas
941 normas ambientais, em que as lagoas de contenção de efluentes estavam saturadas e foi
942 feita passagem entre estas lagoas e estes efluentes estavam sendo lançados diretamente
943 no curso d'água. Então, não é simplesmente na Granja São Geraldo, mas nesse outro
944 empreendimento e nos leva a uma convicção, como disse o nosso companheiro André
945 Picardi, em relação à seriedade da empresa. Ela não está tendo seriedade não só no
946 empreendimento Granja São Geraldo, mas em outros empreendimentos onde
947 constatamos na fiscalização na Granja Ohara. Nos entristece essa situação, mas na
948 medida em que não há um respeito às normas ambientais, e que o COPAM se mobiliza,
949 na criação de uma comissão, como disse o Humberto Pozzolini, mas foram criadas



950 outras tantas comissões neste COPAM, onde sugestões foram apresentadas com
951 modificações de condicionantes e exigências foram feitas e continua essa situação
952 alarmante. Eu como policial e diante das fiscalizações que fizemos, eu voto e manifesto
953 contra a concessão da licença.

954 Ilmar Santos – Tubo bem, Capitão Valmir, mas ainda não começamos o processo de
955 julgamento, e indago se algum conselheiro quer fazer uso da palavra. Porque quando
956 colocarmos em julgamento não vamos mais permitir esclarecimentos.

957 Lucélio – Eu gostaria de tirar uma dúvida com relação a essa situação, se tem
958 possibilidade, no caso dessa licença de seis anos, se tem como ser uma licença especial
959 de um tempo menor para ver se o empreendimento vai continuar com essas medidas que
960 estão tomando agora e se não for satisfatório, encerra essa licença, que seria de um
961 prazo bem menor. É possível?

962 Ilmar Santos – Se o período da licença pode ser diminuído? A câmara pode indicar o
963 período que ela julgar interessante. Quer dizer, pelo o que a legislação, a deliberação
964 estabelece com relação à renovação de licenças, você tem um prazo de seis anos para
965 este tipo de empreendimento. No entanto, se a câmara achar que tem que ser um prazo
966 menor, ela pode deliberar sobre isso. Ela tem todo o poder de fazer essa liberação.

967 Camilo de Lelis – Conselheiro Lucélio, então põe uma proposta na condicionante do
968 prazo que o senhor julga adequado para essa licença e põe em votação.

969 Lucélio – Agora a medição nas últimas inspeções foi no período de frio e que já foi
970 mostrado várias vezes aqui, e que o número de incidências de mosca é menor. Então,
971 teria que ser um que tivesse um ciclo e pegasse também, o período das chuvas que
972 pudesse observar esse período para ver como seria a situação lá. Embora, pelo que já foi
973 relatado nas outras vistorias no período de chuvas complicada muito e não estava
974 satisfatório, embora fosse relatado no início dos processos.

975 Humberto Pozzolini – Eu acredito que a redução do prazo não se faz necessária. O que
976 é necessário é o cumprimento das condicionantes. O empreendedor tem que cumprir
977 todas as condicionantes do processo. Se ele deixar de cumprir algumas delas que se
978 processa a cassação imediata da LO. Não vejo a necessidade se vai ser um ano ou dois
979 anos, o que cabe é o cumprimento das condicionantes e tem que ser cumprida. Caso o
980 empreendedor não venha cumprir, ai sim, inicia-se o processo de cassação da LO. Eu
981 não acredito que o empreendedor vai deixar isso acontecer. Isso não é um produto
982 descartável.

983 Marcos Vilela – Eu gostaria de esclarecer, como o Capitão Valmir falou, já foram
984 criadas cinco comissões com pessoas capacitadas, técnicos, profissionais e pessoas
985 sérias. Dentro dessas cinco comissões não foi resolvido nada e tudo foi protelando. Isso
986 coloca em risco a integridade do nosso COPAM, pois pode cair no descrédito dos
987 conselheiros. O que deveria ser feito é cassar licença, pois se até hoje não houve uma
988 posição do empreendedor para resolver e solucionar o problema, é cassar. Como você
989 está falando que tem que cumprir as condicionantes, mas ele está sendo executado. Por
990 quê? Porque não cumpriu.

991 Humberto Pozzolini – Eu não quero entrar no debate, mas é o seguinte Marcos, o
992 passado já está enterrado. Mas a gente sabe que, como acabou dizer o presidente, que
993 uma nova legislação está vindo com uma punição pesada financeiramente. O município
994 de Divinópolis, o senhor muito bem e participa do meu dia-a-dia, junto à Secretaria de
995 Meio Ambiente, que até então era o poder da caneta na mão que definia o que ia ser
996 feito. Quando a gente entra cumprindo a legislação, a gente vê que por mais morosa que
997 seja ela está mudando. Eu não acredito que o empreendedor esteja disposto a desafiar



998 uma lei. Eu acredito na seriedade do empreendedor, pois do contrário não é
999 empreendedor, é aventureiro.

1000 Camilo de Lelis – Eu gostaria de lembrar ao conselheiro Marcos Vilela, que não sei
1001 quantas comissões foram criadas para a granja, mas a que eu participei junto com o
1002 Capitão Valmir, funcionou direito. As vistorias foram feitas e os resultados foram
1003 apresentados. Quanto às outras eu não sei.

1004 Ilmar Santos – Vamos estabelecer um teto de mais duas ou três inscrições para que
1005 possamos entrar no processo de deliberação, ou se tiverem propostas a serem
1006 apresentadas.

1007 Gilson – Eu tenho uma proposta. Eu estava vendo e desde o princípio eu defendi a tese
1008 que a punição é uma condição necessária, mas não é suficiente para a transformação em
1009 termos de questões ambientais. Eu fiquei impressionado com o trabalho de Montes
1010 Claros. Eu achei muito importante e fundamental essa interação e fiquei pensando
1011 porque não se adotou um processo desse tipo aqui. Por falta de informação não só do
1012 empresário. Nós não temos esse tipo de prática e ela é pioneira lá. Devemos saber
1013 aproveitar esse tipo de experiência. Seria importante, inclusive, os donos de granja de
1014 Divinópolis e região, convidar Montes Claros para falar para todo mundo. A questão
1015 não é isolada somente da Granja São Geraldo. Eu vim para cá disposto não dar o meu
1016 voto a favor nem contra, porque eu perdi duas reuniões e estava fora do processo, mas
1017 me mantive informado através do Capitão e acredito muito nas informações dele. Nas
1018 últimas conversas que eu tive, duas coisas me fizeram ter coragem de fazer uma
1019 proposta. A primeira foi a que eu vi de Montes Claros. Segundo, como sociólogo, eu
1020 não posso desconhecer esse abaixo-assinado que foi apresentado. Até que me provem o
1021 contrário, eu fui ali duzentas e tantas assinaturas. Até que me provem que esse
1022 documento é falso, eu gostaria de ouvir essa comunidade antes de tomar alguma
1023 decisão. Porque são posicionamentos contrários. E eu não sei até que ponto pode estar
1024 havendo alguma coisa sendo instrumentalizada. Eu não gostaria de dar o meu voto nesta
1025 condição. Por outro lado eu acho o seguinte, que pelas comissões técnicas que foram
1026 feitas até agora e os relatos que tem, não tenho dúvida nenhuma que há negligência por
1027 parte do empreendedor. Agora, nós temos tanta contradição no processo que eu
1028 concordo com você Lucélio. Eu acho que deveria ser dado, na minha avaliação, um
1029 prazo menor até para pegar o período sazonal agora, e com a comissão técnica, eu
1030 proponho uma outra forma de comissão, não a do COPAM. Eu proponho que a empresa
1031 contrate uma equipe técnica e que um desses representantes seja da comunidade, a
1032 exemplo de Montes Claros, para gerar credibilidade, e dar um prazo para ver se a
1033 disposição do empresário é real ou não. Isso vai implicar investimentos? Vai. Mas vai
1034 implicar em controle e num acompanhamento permanente e tecnicamente em levar a
1035 sério ou não as condicionantes. Nesse sentido, a minha proposta é que se dê um tempo
1036 menor e que tenha uma comissão técnica contratada pela empresa e que tenha o aval da
1037 comunidade para gente acreditar ou não se vai acontecer. O acompanhamento deveria
1038 ser esse. A minha proposta é essa e a forma de acompanhamento deveria garantir com a
1039 presença da comunidade e ser permanente e o que o empreendedor cumprir.

1040 Humberto Pozzolini – Com relação ao prazo menor, olhando pelo lado técnico, me
1041 preocupa muito reduzir o prazo porque existe uma anomalia no processo. A grande
1042 questão são moscas e se nós dermos um prazo e esse prazo menor e onde a grande
1043 anomalia do processo está no período chuvoso. Então, que se dê um prazo onde que
1044 passemos o primeiro momento de chuva e vamos verificar como se encontra a situação
1045 e caso seja detectado a anomalia, possamos noutro período chuvoso também. Porque



1046 para a gente verificar se as medidas corretivas que estão sendo adotadas vêm atendendo
1047 como solução da anomalia ora encontrada. É só isso que me preocupa, porque se nós
1048 tomarmos uma medida que venha a reduzir o prazo, e eu estou pelo lado bem técnico do
1049 negócio, que façamos um trabalho muito consciente e que o período ser analisado. É um
1050 processo de melhoria contínua e a gente precisa verificar. Essa comissão independente,
1051 logicamente junto com a comunidade e junto ao empreendedor para efetivamente
1052 verificar se a empresa está tomando as medidas cabíveis ao processo. E todos em
1053 conjunto, caso não for encontrada uma solução, façamos o melhor pelo
1054 empreendimento, pelo meio ambiente, pela vizinhança, enfim, com todas as questões
1055 envolvidas na situação.

1056 Marcos Vilela – Gostaria se possível, que fosse feito um levantamento histórico da
1057 granja até hoje, para ver como está a situação dela em termos de cumprimento das
1058 condicionantes em relação à questão ambiental. Com esse levantamento poderemos ver
1059 a seriedade no andamento no combate às moscas.

1060 Ilmar Santos – Nós temos uma solicitação e uma proposta.

1061 Gilson – Eu falei o que o Humberto disse. Que deve respeitar a sazonalidade, portanto
1062 deve olhar períodos deferentes. Então, daria no mínimo de um ano.

1063 Camilo de Lelis – O assunto está delongando demais e não vamos chegar a lugar
1064 nenhum. Eu acho que devia colocar em votação a proposta do professor Gilson com um
1065 ano de prazo pelo seguinte: a importância dessa proposta é que Divinópolis tem outras
1066 granjas e tem problemas também com elas. Então, essa Granja São Geraldo vai servir de
1067 exemplo e de base, como a Somai está servindo para fazer a adequação das granjas não
1068 só de Divinópolis quanto da região. Votasse então, a proposta do professor Gilson e o
1069 empreendedor está aqui presente, eu acredito que ele calando está consentindo.

1070 Gilson – A minha proposta é que a empresa contrate uma equipe técnica mínima e que
1071 essa equipe técnica tenha no mínimo um técnico que tenha aval da comunidade. Que
1072 seja conhecido pela comunidade e que essa comissão contratada pelo técnico, com
1073 recursos da empresa faça esse acompanhamento e colocaria um prazo para contratação
1074 dessa equipe. Não seria um ano. Seria 30 ou 60 dias para contratar essa equipe técnica.
1075 Uma equipe que a gente pudesse dialogar com ela aqui no COPAM. Porque ela seria, de
1076 certa forma e teria independência, seria como uma auditoria e nós poderíamos obter
1077 informações através dela, porque ela seria permanente e não uma comissão de
1078 fiscalização.

1079 Ilmar Santos – Então a proposta que foi colocada é de que a empresa contratasse uma
1080 equipe técnica incluindo um técnico representante da comunidade afetada, a expensas
1081 da empresa e que essa comissão técnica, tivesse um prazo para ser estabelecida pela
1082 empresa como condicionante. Eu remeto a questão da revalidação da licença. Porque o
1083 objeto aqui é a revalidação da licença. Então, como o conselheiro insere isso na
1084 revalidação da licença.

1085 Gilson – Respeitando o período sazonal, eu acho que um ano seria suficiente para
1086 avaliar e desencadear esse trabalho na comunidade para ver que isso que aconteceu em
1087 Montes Claros, é possível acontecer aqui, porque se acontece uma coisa dessa aqui,
1088 todos ficarão satisfeitos, a comunidade, o empreendedor e todos nós conselheiros.

1089 Humberto Pozzolini – Um ano nós vamos pegar um período chuvoso e não se trata de
1090 uma anomalia em ano, porque eu acho a situação é um pouco delicada, neste sentido.
1091 Um ano nós vamos pegar um período chuvoso, essa equipe técnica vai detectar a
1092 anomalia e precisa tratar e verificar se as ações tomadas precisam de mais tempo. Essa



- 1093 que a grande questão: continuo colocando a redução do prazo não é problema, e sim
1094 cumprir as condicionantes.
- 1095 Gilson – Eu aceito rever o prazo e coloco como indispensável essa comissão técnica
1096 permanente.
- 1097 Camilo de Lelis – Eu gostaria se possível, fosse incluído que essa comissão técnica
1098 fosse lá da Universidade do professor Gilson ou da PUC, que está aqui prestigiando o
1099 conselho. A FUNED está mais perto de Divinópolis, talvez fosse melhor de a gente
1100 cobrar e conversar.
- 1101 Ilmar Santos – A questão do prazo, só para eu formular a proposta e submeter a
1102 julgamento da proposta. Nós temos que definir porque de acordo com a legislação já
1103 tem um prazo definido, de acordo com a DN. Agora, os senhores conselheiros têm
1104 condições de estabelecer um período menor.
- 1105 Camilo de Lelis – Mas é exatamente. Nós queremos resposta é rápida, porque se ele
1106 não conseguir arrumar em um ano, ele não vai dar conta de arrumar em dez não. Ele que
1107 tem que se virar.
- 1108 Humberto Pozzolini – Um ano é só um período chuvoso. Dois anos, não?
- 1109 Gilson – Eu mantenho a minha proposta: comissão técnica e o período de um ano.
- 1110 Marcos Vilela – Eu gostaria de orientar aos conselheiros que tudo que vocês estão
1111 questionando já está no processo. Seria bom dar uma olhada novamente.
- 1112 Humberto Pozzolini – Acabo de chegar hoje ao conselho e acho que as questões
1113 ambientais a cada dia que passam elas estão sendo mais cobradas e serão cobradas. Se
1114 nós não dermos uma oportunidade ao empreendedor de correção, nós não podemos dar
1115 oportunidade para nenhuma pessoa que comete delito no mundo.
- 1116 Ilmar Santos – Indago se houver uma outra sugestão ou algum outro pedido porque
1117 vou formular essa proposta e submeter o julgamento.
- 1118 Ilmar Santos – Dra. Lais, por favor, o mais breve possível, e significa essa semana
1119 ainda, pudesse encaminhar a todos os conselheiros, o histórico desde o início do
1120 processo de licenciamento do empreendimento e encaminhasse. Antes de o jurídico
1121 mencionar, eu quero dizer que o COPAM é o órgão máximo de deliberação no estado
1122 nas questões ambientais. Independentemente do que as deliberações normativas, que são
1123 aprovadas pelo próprio conselho, sejam estabelecidas, o conselho aqui, em várias
1124 situações e já verifiquei isso, diminuir prazo de validade, retirar condicionante,
1125 adicionar condicionante, quer dizer, o COPAM tem todo o poder e a decisão dele é
1126 soberana. Então, independentemente do que está sendo mencionado, por exemplo, um
1127 aterro em Belo Horizonte e que o prazo de validade era até 2009, o conselho achou, por
1128 uma questão de precaução, que deveria reduzir o prazo para dezembro desse ano. Só
1129 dando exemplos, porque isso é didático mostrar isso aqui, o que eu quero dizer que esse
1130 conselho e isso eu vou ficar lutando até a minha última gota de sangue de que as
1131 decisões desse conselho são soberanas. Obviamente que as partes que se sentiram
1132 prejudicadas, elas têm outras instâncias para recorrer tanto no ponto administrativo no
1133 COPAM, como a plenária, quanto fora do ponto administrativo e ponto judicial. É isso
1134 que eu quero deixar claro.
- 1135 Wilber Nogueira – SUPRAM-ASF – O José Maria questiona a respeito da revalidação
1136 da licença automaticamente. A licença está revalidada automaticamente até o
1137 julgamento pelo conselho. Até definir se vai ou não revalidar. A partir de
1138 questionamento pela empresa é direito de vocês essa solicitação.
- 1139 Ilmar Santos – Eu indago se tem outros esclarecimentos e pedidos de solicitação, que
1140 eu vou formular a proposta e submeter o julgamento.



- 1141 Capitão Valmir – Como já havia dito no relatório consta somente período de seca e
1142 não proliferação de moscas, eu creio que devido à polêmica, eu gostaria de pedir vistas
1143 ao processo até a próxima reunião a gente inserir o trabalho que foi feito inclusive a
1144 última fiscalização foi efetuada em novembro, para que nós tenhamos um prazo melhor
1145 para analisar todo o processo.
- 1146 Luciana – Ministério Público – Eu gostaria de manifestar o meu apoio a esse pedido do
1147 Capitão Valmir, porque o relatório que nós temos aqui, tanto o técnico quanto o parecer
1148 jurídico se basearam na avaliação do procedimento da granja somente no período da
1149 seca. Mas nós temos um histórico de dez anos, mas temos que considerar pelo menos
1150 um ciclo biológico. Eu acho pertinente Capitão e parabenizá-lo por essa iniciativa
1151 porque sinceramente, nós temos que fazer uma avaliação mais ampla e prudência,
1152 inclusive para resguardar, como já colocou o conselheiro André, o princípio da
1153 precaução que é um dos pilares do direito ambiental.
- 1154 Ilmar Santos – Perfeito, Conselheira Luciana e conselheiro Valmir. O pedido de vistas
1155 é regimental e todo conselheiro tem esse direito. Então, uma vez solicitada vistas, está
1156 sendo concedido a esse processo. Eu queria saber é só do Capitão Valmir ou se é vista
1157 em conjunto. Vistas do Capitão Valmir que deverá na próxima reunião apresentar
1158 relatório sobre o processo. Reiterando o pedido do nosso conselheiro Marcos Vilela que
1159 solicitou também que fosse enviado aos conselheiros o histórico do empreendimento
1160 com relação aos processos, vistoria e autuações.
- 1161 Pedro Coelho – Eu gostaria também, como advogado da parte contrária que eu pudesse
1162 consultar o processo na Superintendência Regional, essa semana ainda, porque eu estive
1163 duas vezes lá e não consegui. E que o processo fique aqui e que eu possa consultá-lo e
1164 gostaria de fazer um levantamento no histórico, porque já tenho um arquivo já montado
1165 e se quiserem uma contribuição.
- 1166 Ilmar Santos – Perfeito. Eu vou deixar a área jurídica se manifestar a respeito desse
1167 pedido, mas informando que houve já pedido de vistas ao conselheiro Capitão Valmir.
- 1168 Wilber – Dr. Pedro sabe que só não conseguiu consultar o processo porque ele não
1169 estava na sede da SUPRAM. Não foi uma negativa, foi uma impossibilidade e em
1170 relação aos relatórios que estão sendo pedidos pelos conselheiros, temos que nos
1171 reportar que a granja traz problemas desde 91, segundo afirmação do senhor Samuel. E
1172 SUPRAM não é tão antiga assim. Estamos restritos aos relatórios emitidos pela
1173 SUPRAM.
- 1174 Ilmar Santos – Isso, na realidade o que o eu solicito aqui, Dra. Lais, é que a informação
1175 que não está aqui ainda na SUPRAM e que foi iniciada no IEF, que possa remetida para
1176 a SUPRAM, uma vez que foi pedido de vistas, pedido de informações desde o histórico
1177 e para isso nós precisamos ter todas as informações desde a origem do processo.
- 1178 Marcos Vilela – Eu acho que Promotoria do Meio Ambiente poderia estar contribuindo
1179 com isso, porque o histórico dela é bem rico em relação à granja. Talvez ela tenha
1180 coisas que vocês não têm no decorrer dos anos vocês podem encontrar com o Dr.
1181 Márcio, na Promotoria do Meio Ambiente, em Divinópolis.
- 1182 José Antônio – Esse histórico foi levantado na época pelo conselheiro Dr. Alex. Eu
1183 passei para ele porque a Promotoria solicitou, e é desde a implantação do projeto.
- 1184 Ilmar Santos – Então vamos reunir isso. A promotoria tem, o IEF também e nós
1185 precisamos ter aqui porque o assunto está precisando ser deliberado e debatido nesse
1186 fórum. Então precisamos de toda essa informação para facilitar e subsidiar melhor as
1187 decisões dos senhores conselheiros. Item 6 - Passamos então para o próximo item que é
1188 Processo Administrativo para exame de Licença Prévia – Empresa de Mineração



- 1189 Bripocal Ltda – Extração e Beneficiamento de Calcáreo – Lagoa da Prata/MG –
1190 PA/COPAM/Nº 996/2003/001/2003 – Alguns esclarecimentos senhores conselheiros e
1191 senhora conselheira? Destaque, conselheira Dra. Luciana.
1192 Luciana – Embora seja um pedido de licença prévia, eu gostaria já que constasse, até
1193 por garantia da uniformidade dos nossos procedimentos que constasse a obrigação da
1194 comprovação da reserva legal.
1195 Ilmar Santos – Perfeita conselheira. Eu indagaria a área técnica. Esse processo foi
1196 analisado daqui ou na FEAM? Em Belo Horizonte. O técnico quer se manifestar.
1197 Paulo Rocha – FEAM – O processo foi analisado na FEAM, na DINME, e foi feito
1198 pelo técnico Flávio que não trabalha mais com a gente. Agora, essa questão da reserva
1199 legal, toda vez que uma empresa vai pedir a licença de desmate, a reserva legal é
1200 observada. Então, sempre que tem uma licença de desmate tem uma reserva legal
1201 averbada.
1202 Luciana – Eu vou insistir que conste a condicionante que fique explicitado porque não
1203 está esclarecido esse pormenor. Eu gostaria que o técnico esclarecesse se nesse
1204 momento de pedido de licença prévia, se há necessidade de apresentação de plano de
1205 fogo e disposição de resíduos?
1206 Ilmar Santos – A primeira fica explicitada a questão da reserva legal. O primeiro
1207 ponto.
1208 Paulo Rocha – Na licença prévia é observado o plano de fogo e a disposição de
1209 resíduos do estéril sim. Principalmente na questão do estéril o local de disposição é uma
1210 coisa importantíssima que tem que ser avaliado no âmbito da viabilidade ambiental.
1211 Luciana – Então, eu gostaria de constasse como condicionante a apresentação do plano
1212 de fogo e da disposição do estéril que não consta.
1213 Ilmar Santos – Indago os senhores conselheiros mais alguma sugestão? A conselheira
1214 Luciana fez sugestões de ser explicitado nesta condicionante, se não houver mais
1215 nenhuma dúvida, eu gostaria de perguntar se o representante do empreendedor está
1216 presente? Por favor.
1217 José Luiz Monteiro – Representante do empreendimento – Eu gostaria de falar como
1218 técnico da elaboração do projeto. À época da elaboração do projeto, em 2003, a situação
1219 da legislação não era a mesma. Ainda não havia a DN 74. Então, o empreendedor deu
1220 entrada no projeto naquela situação legal que havia. Eu perguntaria ao jurídico se o
1221 princípio da anterioridade, não é minha área, mas não deveríamos pautar por isso para
1222 não prejudicar o empreendedor do que fez naquela época. Passando essa exigência do
1223 desmate constando como condicionantes estaria de acordo. A observação é com
1224 referência ao projeto que foi apresentado à luz da legislação anterior a DN 74. Ele não
1225 deveria ser analisado perante aquela legislação? Porque se não o empreendedor perde
1226 todo o que ele investiu na época. Eu acho que é uma questão jurídica importante que
1227 nós temos que analisar, apesar de não ser da área jurídica, não estou falando como
1228 técnico e aí é jurídico.
1229 Wilber – A DN 74 traz a norma de transição. Dentre as normas de transição nós temos
1230 o enquadramento para a DN 74. O senhor outrora fez na 01/90 agora regulada pela DN
1231 74, então, a partir do reenquadramento é atingido o seu empreendimento desta forma. Se
1232 nós temos normas da DN de transição. É uma DN que normas de transição.
1233 Ilmar Santos – Na realidade o que a gente feito e indicado é que os empreendimentos
1234 anteriores à legislação vigente, eles têm um prazo para se adequarem. Só para dar um
1235 exemplo para o senhor, inúmeros empreendimentos no estado de Minas Gerais foram
1236 feitos anterior à legislação ambiental. E esses empreendimentos estão sendo convocados



- 1237 para licenciamento de operação corretiva para se adequarem à nova legislação e é uma
1238 questão legal.
- 1239 José Luiz Monteiro – Para lembrar ao presidente e aos senhores conselheiros esse
1240 empreendimento é anterior à legislação ambiental. Como foi pleiteado no FCEI, que foi
1241 formulado, que disse à licença corretiva, mas se optou pela licença prévia. O
1242 empreendedor não está contra isso. Eu acho que o que devemos nos ater é sobre a
1243 legislação, porque o setor produtivo tem sido muito penalizado pela legislação, como
1244 ficou em cumprir as exigências legais. Só para citar um caso que é muito grave,
1245 aproveitando a situação, hoje está sendo exigida averbação de licença florestal em área
1246 onde o empreendedor não tem controle da propriedade. Juridicamente como se desfaz
1247 essa situação. Eu não vejo como, juridicamente, o juiz vai dar um alvará para obrigar o
1248 proprietário do solo a averbar a licença? Não interessa ao proprietário do solo averbar a
1249 licença, ainda mais quando ele é contra o empreendimento. Isso fere toda a orientação
1250 da legislação mineral brasileira a partir de 1967.
- 1251 Wilber – O primeiro questionamento do senhor foi acerca da inclusão da reserva legal,
1252 não é isso?
- 1253 José Luiz Monteiro – Eu questionaria sobre o princípio da anterioridade.
- 1254 Wilber – O Código Florestal, a Lei 4.771, de 1965, já determina a inclusão da reserva
1255 legal. Então, por aí o princípio da anterioridade já está prejudicado, já tem uma norma
1256 federal, que é maior que a estadual incluída no bojo da análise.
- 1257 Luciana – Eu gostaria de destacar para o senhor técnico, que a averbação da reserva
1258 legal pelo possuidor, no caso aquele que tem o empreendimento numa determinada
1259 superfície na qual ele não é proprietário, essa averbação é prevista no Código Florestal
1260 também, então não é uma invenção do órgão ambiental. Eu gostaria de destacar,
1261 também, que se os empreendedores estão se sentido penalizados pela legislação
1262 ambiental eu quero dizer que o meio ambiente está extremamente penalizado pelo
1263 descumprimento das normas ambientais por parte dos empreendedores. Então é uma via
1264 de mão dupla. Pode sim haver, mas nós temos que repensar a nossa vontade de ter um
1265 meio ambiente ecologicamente equilibrado. E a finalidade da norma é essa, assegurar
1266 que o meio ambiente prossiga até as futuras gerações.
- 1267 José Luiz Monteiro – Eu acho pertinente o debate da questão, porque nós acabamos
1268 vivendo num emaranhado de leis que dificulta enxergar claramente a questão. No
1269 código de mineração não está previsto em hora nenhuma que o minerador tenha que ter
1270 feito a licença ambiental em dissonância do proprietário do solo. Ora, se o
1271 empreendedor, pela legislação que ele tem e lá está constando isso, porque da forma que
1272 está, na nossa visão, não há como mais o minerador, aqui no município vizinho, tem um
1273 caso de uma empresa e não sei se foi a julgamento, mas eles não conseguem prosseguir
1274 com o empreendimento porque não ter como obter a reserva legal. Porque o proprietário
1275 do solo não estando em concordância com o minerador, e sendo dele o poder de averbar
1276 a reserva legal incompatibiliza o processo. Eu acho que não é o fórum para nós
1277 discutirmos isso, mas pelo menos a lembrança da situação é igual à situação das grutas
1278 que tanto aflige a nossa região vizinha de Arcos.
- 1279 Ilmar Santos – Sobre esse assunto eu queria dizer que isso tem sido uma pauta
1280 constante de discussões entre os órgãos ambientais, Ministério Público e própria a
1281 Federação das Indústrias de Minas Gerais, o DNPM, IBAMA, como o senhor citou a
1282 questão de gruta. No nosso entendimento, em função da legislação que hoje é vigente,
1283 nós temos aí não só a questão que o senhor citou da DN 74/04, essa última norma do
1284 estado, mas temos também o Código Florestal e outras leis. Na realidade isso é fórum



1285 constante e agente tem discutido e não seria aqui nesse momento que nós iríamos
1286 decidir. O fato é que estas propostas de condicionante estão incluídas no licenciamento
1287 do empreendimento que o senhor representa e eu gostaria, antes de passar ao
1288 julgamento, eu gosto de praxe, até perguntar se o empreendedor concorda, é porque a
1289 decisão aqui dos conselheiros, vai se dar dentro do entendimento deles. Não sei se o
1290 senhor já leu as condicionantes se está por dentro, mas a conselheira Dra. Luciana pediu
1291 para explicitar essas duas questões. Independentemente de estarem explicitadas já
1292 faziam parte da condicionante do licenciamento, não só do empreendimento que o
1293 senhor representa, mas de todas. Não havendo mais dúvida com relação a isso, apenas
1294 discordância, eu queria passar ao processo de votação e perguntaria aos senhores
1295 conselheiros se posso encaminhar para a votação. Então coloco em votação. Senhores
1296 conselheiros que estiverem de acordo, por favor, permaneçam como estão. Aqueles que
1297 forem contra que manifestem. APROVADO. Processo da empresa Mineração Bripocal
1298 Ltda – Extração e beneficiamento de Calcáreo – Lagoa da Prata/MG – Licença Prévia -
1299 PA/COPAM Nº 996/2003/002/2003 – Senhores conselheiros alguma dúvida? Dra.
1300 Luciana, a senhora reedita as suas indagações? A conselheira Luciana solicita explicitar
1301 também nas condicionantes o mesmo que foi explicitado no processo anterior no que
1302 tange da questão da reserva legal e do plano de fogo com prazo de 90 dias.
1303 Camilo de Lelis – Eu gostaria que fosse colocada na condicionante a apresentação da
1304 outorga de água que vai ser usada no empreendimento.
1305 Rubens – FEAM – Essa condicionante já existe no processo.
1306 Ilmar Santos – A condicionante da outorga já está incluída. É o último item. Então o
1307 conselheiro retira esta proposta. Indago aos senhores conselheiros se posso colocar em
1308 votação. Representante do empreendedor? São três: uma com relação à questão do
1309 plano de fogo. A outra com relação à reserva legal e disposição da pilha de estéril.
1310 Recomendações para se tornar explícito em ambos os processos, no anterior já votado e
1311 neste aqui agora.
1312 José Luiz Monteiro – Eu gostaria de solicitar da alternativa de outorga de água com
1313 condicionantes constasse à compra e aquisição de água do fornecedor a disposição.
1314 Porque o projeto é de água de uso doméstico e a outorga de água implicaria em fazer
1315 poço ou captação. Como a utilização de água é de pequena monta, o empreendedor pode
1316 entender que é mais viável ele apresentar um contrato de compra de água.
1317 Ilmar Santos – A questão é a seguinte, quando há necessidade de uso de água, solicita-
1318 se a outorga. Um esclarecimento da área técnica, por favor.
1319 Rubens – Existe caso em que o processo é instruído apenas, como por exemplo, uma
1320 nota fiscal da COPASA. Então, eu sugeriria manter a condicionante, mas quando da LI,
1321 ele apresentava citando que iriam comprar água de concessionária, não vamos fazer
1322 poço, não vamos captar do rio.
1323 José Luiz Monteiro – É até um simbolismo que isso, no nosso entender é válido por
1324 uma série de outros projetos. Então, não se pode pedir outorga de água a um usuário que
1325 consome água para uso doméstico.
1326 Ilmar Santos – Mas como é de praxe quando caracteriza o empreendimento e que vai
1327 haver o uso da água, só não explicita se é da COPASA, se é poço artesiano, por isso
1328 vem a condicionante aqui.
1329 José Luiz Monteiro – Em se tratando de pequenos empreendimentos, o consumo
1330 doméstico, quer dizer, na cantina, ele pode ser viabilizar através de compras de
1331 caminhões-tanques de água.



- 1332 Ilmar Santos – Nós não temos dúvida em relação a essa questão. Como o nosso colega
1333 colocou, por ocasião da LI é só explicitar a questão do uso da água e como será a fonte
1334 dessa água. Pergunto aos senhores conselheiros se posso colocar em votação. Em
1335 votação. Senhores conselheiros que concordam com a aprovação do projeto,
1336 permaneçam como estão, aqueles que são contrários que se manifestem. APROVADO.
1337 Item 7 – Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação a ser
1338 referendado, ou seja, ela já foi emitida e ela vem aqui para este conselho para ser
1339 referendada. Destilaria Alpha S/A (Ex-Destilaria Santa Ignez S/A) – Fabricação de
1340 Álcool Etílico – Cláudio/MG – PA/COPAM Nº 00018/1984/005/2005 - Indago aos
1341 senhores conselheiros e senhora conselheira se têm alguma dúvida sobre esse processo.
1342 É uma licença *ad referendum*.
1343 Camilo de Lelis – Eu gostaria de um esclarecimento: está pedindo licença de
1344 instalação, quando nós sabemos que esta destilaria já está montada. Eles estão
1345 reformando ela. Não seria licença de operação corretiva não?
1346 Ilmar Santos – Eu não conheço esse processo, mas provavelmente não. Talvez seja
1347 uma licença de operação corretiva. Esclareça para nós, por favor.
1348 Morgana – SUPRAM-ASF – Na verdade a destilaria já está reformada. Já operou, teve
1349 inclusive auto de infração, e paralisou as suas atividades e não está instalada. Está com
1350 os equipamentos ainda em manutenção em São Paulo. O correto mesmo é uma licença
1351 de instalação.
1352 Ilmar Santos – O empreendedor podia se manifestar, por favor? Prazo de três minutos.
1353 Rodrigo – Representante do empreendimento – Boa tarde! A Destilaria Alpha foi
1354 construída em 84 e o parque industrial está todo implantado. O que faltou foram
1355 algumas peças complementares que foram retiradas na época, que estão em São Paulo
1356 como bombas, moendas para reformar, e algumas das condicionantes já existem lá.
1357 Inclusive estou com algumas dificuldades e nós tivemos duas vistorias. Uma pela
1358 FEAM, em Belo Horizonte que me pediu duas condicionantes e posteriormente o
1359 COPAM em Divinópolis, que são três. Estou dificuldades em algumas porque como foi
1360 um parque industrial construído em 84, por exemplo, sistema de captação de águas
1361 pluviais. Já existe e eu teria que descobrir onde está o engenheiro para buscar uma RT
1362 dele. Essas condicionantes estão me dificultando e queria saber dos senhores como vou
1363 proceder a essas condicionantes.
1364 Morgana – Como eu já expus antes, a destilaria é antiga e foi reativada. E dessa forma
1365 não foi eu, e sim a própria consultoria e isto está no RCA/PCA, sugeriu alterações no
1366 sistema de drenagem de água pluvial porque ele precisa ser adequado. O que está
1367 pedindo é isso, que se faça a adequação e que apresente a ART do responsável pelas
1368 obras de adequação.
1369 Ilmar Santos – Para o empreendedor ficou esclarecido? O que está solicitando a
1370 adequação de um sistema antigo que foi implantado em 84, provavelmente, e que
1371 precisa se adequar hoje às normas. Então, essa adequação que se exige do responsável
1372 por essa adequação à Anotação de Responsabilidade Técnica.
1373 Rodrigo – E pela vistoria da técnica da FEAM de Belo Horizonte, ela estava dentro das
1374 normas?
1375 Ilmar Santos – Esta é uma questão técnica e interna e que nós temos que resolver e não
1376 é culpa do empreendedor. Mas eu queria um esclarecimento da Morgana sobre isso
1377 também.
1378 Morgana – No relatório de vistoria da técnica, a Rejane, uma engenheira química, não
1379 deixa explícito que estava de acordo não, aliás, ela só faz o relatório de vistoria, relata o



- 1380 que foi constatado e não dá nenhum juízo de valor a isso. Veio para nós já com o
1381 relatório de vistoria e promovemos nova vistoria e ai sim, no parecer técnico foram
1382 feitas as sugestões.
- 1383 Ilmar Santos – E a autuação foi feita pela SUPRAM?
- 1384 Morgana – Não, a autuação já tinha sido feita antes e quando era Destilaria Santa
1385 Ignez.
- 1386 Ilmar Santos – Representante do empreendedor está esclarecido? O que está sendo
1387 solicitado efetivamente são as condicionantes da SUPRAM Alto São Francisco que
1388 estão válidas.
- 1389 Camilo de Lelis – Eu gostaria que colocasse na condicionante o seguinte: se eu dividir
1390 a quantidade de vinhoto que sobra e que é produzido, o terreno da destilaria não
1391 comporta jogar esse vinhoto todo. Então que fosse informado nas condicionantes qual o
1392 local e propriedade que seria destinado esse vinhoto.
- 1393 Morgana – Deixa justificar porque que isso não está ai. Na verdade toda destilaria
1394 quando ela é implementada, ela tem um plano de implementação parcial ao longo de
1395 sete, oito, nove, dez anos. Num primeiro momento, a área da destilaria é suficiente para
1396 o vinhoto que vai ser gerado nesse primeiro momento. A partir daí vão sendo retirado
1397 canas de outros canaviais onde o vinhoto vai ser destinado. Isso está contemplado no
1398 automonitoramento do empreendimento que tem que informar onde ele está dispondo.
1399 Esse automonitoramento vai ser solicitado na LO, porque a empresa só vai poder operar
1400 na fase de Licença de Operação. Essas áreas vão ter que estar explícitas porque trata-se
1401 mais da parte agrícola do que da industrial.
- 1402 Ilmar Santos – Não havendo nenhuma dúvida, eu coloco em votação esse processo da
1403 Destilaria Alpha S/A (ex-Destilaria Santa Ignez S/A) – Fabricação de Álcool Etílico –
1404 Cláudio/MG. Senhores conselheiros que estiverem favoráveis, por favor, permaneçam
1405 como estão. Aqueles que estiverem contrários que se manifestem. **APROVADO.** Item 8
1406 – Processo Administrativo para exame de Licença de Operação/Ampliação a
1407 referendar. Já foi dada essa licença e precisa ser referendada aqui. – Empresa
1408 Calcinação Serra do Corumbá Ltda – Fabricação de Cal Virgem, Hidratada ou
1409 Extinta – Pains/MG – PA/COPAM Nº 00195/1994/006/2005 – Senhores
1410 conselheiros? Destaque Marcelo, IBAMA.
- 1411 Marcelo Guimarães – IBAMA – A questão da matéria-prima que não foi contemplada
1412 condicionante padrão. Precisa ler a condicionante?
- 1413 Ilmar Santos – Parecer Jurídico. Apresentar certidão validade de produtos e
1414 subprodutos da flora no prazo de 30 dias após a concessão da licença. 2 – Apresentar
1415 termo de responsabilidade de preservação de florestas para averbação da reserva legal
1416 com o devido registro no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca do
1417 empreendimento, respeitando-se a proporção de 20% da área total da propriedade no
1418 prazo de 30 dias após a concessão da licença.
- 1419 Marcelo – É só para alteração da redação para ficar o padrão da condicionante. Que
1420 seria: apresentar a licença ambiental dos empreendimentos e fornecedores de matéria-
1421 prima com prazo de 30 dias a partir da data da concessão da licença de operação. Caso
1422 não sejam licenciados pelo órgão ambiental, deverá o empreendedor adequar o seu
1423 quadro de fornecedores visando obter matéria-prima de origem legalmente licenciada.
1424 Prazo de 120 dias a partir da concessão licença de operação.
- 1425 Ilmar Santos – Perfeito conselheiro. Sugestão de colocar a condicionante padrão.



- 1426 Lucélio – No item dois do mesmo parecer que apresenta o termo de preservação das
1427 florestas, averbação da reserva legal, aqui fala na proporção de 20% da área. É essa área
1428 que está falando aqui de 2.000 metros quadrados?
- 1429 Wilber – A área de 20% incide sobre a propriedade onde está localizada.
- 1430 Lucélio – E é essa que está relacionada aqui no início?
- 1431 Wilber – Se é essa a área da propriedade, incide então os 20%.
- 1432 Lucélio – Eu gostaria de uma explicação. Quando fala no mesmo parecer, efluentes
1433 líquidos e sistema de controle: tanque de decantação. A fonte seria depósito de pulmão
1434 da brita calcárea do lavador de limpeza de gás do Forno II. Como é que funciona?
1435 Poderia explicar?
- 1436 Ilmar Santos – Esclarecimento técnico.
- 1437 Morgana – O parecer foi elaborado pela FEAM e o técnico não está presente.
- 1438 Ilmar Santos – Conselheiro, nós vamos levar a sua dúvida para ser esclarecida com
1439 relação ao que o senhor solicitou, porque trata-se de um esclarecimento técnico e eu
1440 prometo que isso será encaminhado a todos os conselheiros que pode ser uma dúvida de
1441 outros conselheiros. Mas infelizmente, o técnico que fez essa análise não está aqui
1442 presente.
- 1443 Lucélio – Eu gostaria que me desse um tempo, mais de três minutos, porque eu tenho
1444 algumas considerações. Eu passei nesta empresa no sábado e estava com este parecer na
1445 mão e lendo o mesmo, pelo o conhecimento que eu tenho, tive algumas dúvidas. Não fiz
1446 uma visita oficial, porque não precisava, bastaria passar na rodovia ou no entorno, a
1447 gente percebe uma série de irregularidades aqui. É uma pena o técnico não estar
1448 presente.
- 1449 Ilmar Santos – Conselheiro, eu gostaria de fazer uma proposta. Vai agilizar o nosso
1450 trabalho, uma vez que o senhor tem várias dúvidas em relação a este processo, desde
1451 que foi dada a licença *ad referendum*, e uma vez que o técnico que fez a avaliação não
1452 está presente, eu faria a sugestão para que nós, na próxima reunião, colocássemos este
1453 processo na pauta, e o técnico, lhe asseguro, estará aqui e acho que nossa discussão será
1454 mais proveitosa.
- 1455 Lucélio – Eu gostaria de apresentar o que eu trouxe porque na próxima reunião eu não
1456 estarei.
- 1457 Ilmar Santos – Independente da apresentação, eu gostaria que o senhor pudesse
1458 encaminhar para SUPRAM e vai encaminhar ao técnico as suas dúvidas.
- 1459 Lucélio – Aqui é uma foto aérea onde pega a região que tem essa empresa lá. A
1460 empresa está aproximadamente no retângulo de amarelo. Aquele retângulo tirando as
1461 medidas, essa área está medindo, aproximadamente, 37.500 m², e 2.000 m². Por ai já se
1462 percebe uma negligência e uma irregularidade muito grande. São 150 m por 250 m.
1463 Essa a Calcinação Serra do Corumbá. Essa é a área. Do lado dela, a 20 m da cerca,
1464 existe uma dorlina, um relevo que faz parte do relevo cárstico, onde tem a presença ou a
1465 possibilidade de ter caverna. Ali tem uma dorlina com uma caverna no fundo e está a 20
1466 metros do empreendimento e ela tem, aproximadamente, 50 metros e tem uma ligação
1467 direta com o lençol e as redes subterrâneas. Do lado dele, praticamente colado na cerca,
1468 existe um outro sumidouro e existe uma dorlina bem profunda e bem saliente e que tem
1469 um sumidouro no fundo. Esta ai está encostada na cerca dele. No outro lado da rodovia
1470 não sei a distância, mas existe uma dorlina com um rio subterrâneo. Toda esta área faz
1471 parte de um rio extinto. Esta área é muito complicada. Esta apresentação seria só para
1472 ilustrar essa questão física da empresa. Ai nós vemos a dorlina que tem a caverna e este
1473 buraco no centro entre duas árvores é a entrada da caverna que é um abismo. Ai é a



1474 entrada da caverna. Eu visitei ela no sábado. Ela deve ter aproximadamente 50 metros e
1475 está apenas a uns 25 metros da cerca da empresa. Esta é a cerca dele e no processo fala
1476 o seguinte: “Efluentes atmosféricos – Sistema de Controle – As aspersões além da
1477 existência de uma cortina arbórea”. Vejam se tem cortina arbórea ai. Vocês vêm cerca e
1478 do outro lado, que são esses eucaliptos mais altos, são do asfalto que são do DER.
1479 Então, vocês vêm onde não tem árvores. Esta é outra vista onde vocês continuam vendo
1480 aquela cerca, vê o fundo da empresa e estas árvores são aroeiras que são nativas e muito
1481 antigas, e essa empresa não é tão antiga, e não foi ela que plantou e nunca iria plantar
1482 aroeira. Portanto, vocês podem ver que não existe cortina arbórea. Outro detalhe: esta é
1483 uma face da empresa e a parte do forno II, em amarelo, e uma coisa que nós estamos
1484 observando ai, que temos uma pilha de minério e ai uma de cal. Essa cal seria um rejeito
1485 porque está cheio de pedras, e não tem cortina arbórea. Este espaço é no terreno do
1486 vizinho com uma roça de milho. Depois daquele monte de cal, esta pilha que está ai de
1487 cinzas do forno. Ele está citando que as cinzas são vendidas para atividades agrícolas.
1488 Por esse monte de cinzas que tem ai, ele não está vendendo e onde está jogando esse
1489 resíduo? Isso ai está, aproximadamente, 50 m da dorlina que tem aquela gruta. Na parte
1490 lateral você vê onde ele plantou um pequeno espaço de eucaliptos. São eucaliptos de fila
1491 dupla. Aqui vocês vêm aquele sumidouro junto com a dorlina, nesta parte branca, cheia
1492 de poluição dos finos da cal que eles usam. Ali vocês vêm a cortina e os eucaliptos e
1493 essas duas caixas devem ser o sistema de tratamento de esgoto da empresa que ele cita.
1494 No fundo existe o sumidouro. Olha o que eu peguei lá. Eu vi o sumidouro e na hora que
1495 eu cheguei estava chegando uma descarga de água suja e barrenta no sumidouro. Eu
1496 tirei essa foto para registro e esse sumidouro caracterizava como outra caverna. Essa é a
1497 entrada caverna e a água chegando e sumindo ai dentro para encontrar com o lençol que
1498 está na drenagem subterrânea. Aqui temos a água, inclusive borbulhando e vocês podem
1499 observar que está tudo barrento e cheio de sedimentos. Esta é a entrada caverna onde
1500 essa água está sumindo. Voltando para a empresa eu tirei essa foto e essa é uma
1501 vegetação de pântano, que é uma tabôa. Essa vegetação não é característica de local
1502 seco e como ela está em grandes metros quadrados, significa que há anos ela está ai. Fui
1503 verificar e esses sedimentos estão vindo de algum lugar da empresa, alguma lavagem,
1504 com drenagem subterrânea, sai do talude deles e vai para o terreno do vizinho e
1505 poluindo esta caverna. A evidência é que nessa tabôa está cheia de material impregnado
1506 de finos. Eu não estou vendo nada disso aqui no relatório. Será que está sendo aprovada
1507 a distância sem fazer visitaçao. Estou indignado com isso ai. Essa é a última. Tirada
1508 mostrando aquela tabôa, mais evidente, e no meio dela está úmido. Eu anotei isso aqui
1509 porque em todos os pontos, dá para aprovar esta licença de olho fechado pelo que ele
1510 escreveu, ou seja, está uma maravilha. Agora, observando isso ai é fato. Eu fui lá no
1511 sábado, dia 15. Eu peço Dr. Ilmar, a atenção especial do senhor, porque isso me deixa
1512 até nervoso, será que outros pareceres, e a gente põe até uma dúvida. Esse aqui eu
1513 conhecia historicamente e quando este material chegou para mim, na semana passada,
1514 eu levei para a minha casa e passando por lá eu verifiquei e já sabia disso ai. Eu sabia
1515 que estava instalada. A presença de duas cavernas no entorno e a caverna tem 200 m de
1516 proteção permanente. Nós temos aqui o representante do IBAMA. Outra coisa, nós
1517 vimos as evidências que estas cavernas e o lençol subterrâneo estão sendo
1518 contaminados. Isso é crime ambiental. E as outras coisas a começar pela reserva legal.
1519 Será que 20% de 2.000, será que eu iria comprar um lote? Lançam aqui 2.000 e na
1520 realidade é bem maior. Eu estou falando que é 37.500 é pelo mapa.



1521 Ilmar Santos – Senhor conselheiro, a minha sugestão em face do que o senhor está
1522 colocando e apresentando na câmara, primeiro: aquela proposta que eu fiz que nós
1523 remetêssemos isso para a próxima reunião com a presença do técnico, mas até por uma
1524 tranquilidade maior de todos aqui, e é o nosso papel de dar tranquilidade aos
1525 conselheiros em cima daquilo que eles recebem, quer dizer, quando é posto a falta de
1526 credibilidade dos pareceres, eu posso lhe garantir, e é uma das coisas que eu passei
1527 admirar desde o momento que passei para a FEAM é a seriedade e a competência que os
1528 técnicos da casa fazem e em todas as situações nós temos exceções, mas eu direi que a
1529 grande e esmagadora maioria é altamente competente como os técnicos das
1530 SUPRAM's, e em face disso eu tenho também uma outra proposta que eu submeto que
1531 fosse até para subsídio maior para a próxima reunião que esse assunto será tratado, de
1532 uma vistoria local e convidaria o senhor, juntamente o técnico e quem mais tiver
1533 interesse para poderem participar desta vistoria em conjunto. Eu acho que seria a melhor
1534 forma de a gente dirimir quaisquer dúvidas com relação a esse empreendimento. A
1535 minha proposta é essa e antes da próxima reunião, que vai ser no dia 17 de agosto, eu
1536 assumiria o compromisso de agendar, essa semana ou para a próxima, esse técnico que
1537 elaborou o parecer estar fazendo uma vistoria conjunta com o senhor e os demais
1538 conselheiros, a Polícia Militar, o empreendedor também.

1539 Marcelo – IBAMA – Eu gostaria que fosse convidado o CECAV para fazer a vistoria
1540 em conjunto.

1541 Ilmar Santos – Eu sei, mas às vezes a convidamos o CECAV e demora um grande
1542 tempo e não queria atrelar e às vezes eu tenho problemas muito sérios e é difícil o
1543 CECAV vir. Eu vou fazer o convite, faço questão da presença, mas nós não vamos estar
1544 atrelados à presença e disponibilidade do CECAV. Eu gostaria de pedir e eu posso
1545 assumir o compromisso chegando lá e fazer a solicitação pessoal ao Roberto Messias,
1546 que é Superintendente Regional do IBAMA para acelerar e usar de todas as
1547 possibilidades, porque eu não queria postergar, para na próxima reunião estive tudo
1548 esclarecido.

1549 Gilson – O presidente, o encaminhamento que o senhor deu foi muito bom, mas eu acho
1550 que o que ele falou é muito grave. E apresentou, aparentemente, coisas técnicas que
1551 comprovem. Eu sugeriria, ampliando a sua proposta, que o conselheiro pedisse vistas do
1552 processo e que fosse registrado o porquê das vistas e com base nisso dar o
1553 prosseguimento que o senhor colocou.

1554 Ilmar – É regimental e se o conselheiro solicitar nós deferiremos.

1555 Marcos Vilela – Eu gostaria de participar desta comissão e é uma coisa muito grave e
1556 se for comprovado pode ser enquadrado como crime, omissão de informações.

1557 Capitão Valmir – Eu também me disponibilizo a participar.

1558 Ilmar Santos – Dra. Lais, por favor, a minha solicitação fosse que pudesse organizar e
1559 da minha parte eu vou disponibilizar o técnico a partir da próxima semana estará
1560 disponível para ir ao empreendimento, mas o mais importante é que pudesse organizar
1561 os conselheiros que estarão acompanhando e gostaria da presença do empreendedor e
1562 que a SUPRAM pudesse acompanhar e que o IBAMA pudesse ser comunicado na
1563 questão do CECAV e que pudessemos implementar isso já na semana que vem para
1564 subsidiar a reunião, inclusive se for o pedido de vistas do conselheiro, ele vai precisar
1565 disso para elaborar o parecer dele.

1566 Lais – SUPRAM-ASF – Eu só gostaria de, para facilitar um pouco, uma programação
1567 de uma data, porque depois se formos contatar separadamente seria difícil chegar numa



- 1568 data. Se quiserem sugerir alguma facilitaria bastante para depois nós ligarmos e
1569 marcarmos um local de saída.
- 1570 Ilmar Santos – Vamos pegar um calendário e marcar e aqueles conselheiros que
1571 tiverem interesse se manifestem para poder acompanhar.
- 1572 Lucélio – Então seria uma visita lá e com o pessoal de lá?
- 1573 Ilmar Santos – O senhor vai pedir vistas para esse processo, porque quando um
1574 conselheiro pede vistas, na próxima reunião ele elabora um parecer. Essa visita iria
1575 subsidiar o seu parecer. A minha proposta é que fosse antes do dia 17.
- 1576 Lais – Só a título de esclarecimento, quando é solicitada a vistas, ele tem que retornar
1577 na próxima reunião, mas quanto aos procedimentos de pré-pauta determinada pela SPA
1578 da SEMAD, eu pediria que até o dia 03 este relatório da vistas fosse encaminhada para a
1579 SUPRA-ASF, porque esse relatório tem que ser encaminhado para os outros
1580 conselheiros. É porque com 15 dias de antecedência da nossa reunião, nós temos que
1581 encaminhar a nossa pré-pauta para o SISEMA e com 10 que é a publicação. Dia 24?
- 1582 Ilmar Santos – Conselheiro, dia 24 pode ser? Indicaríamos os técnicos aqui da
1583 SUPRAM e eu chamaria o técnico responsável pelo relatório e dos demais conselheiros
1584 que queiram participar já se manifestariam e vocês organizam a saída.
- 1585 Lais – Gostaria de sugestão de qual técnico da SUPRAM, por que no caso do Jorge
1586 Homero, é da DIMET.
- 1587 Ilmar Santos – O que a gente delibera é que tenha um acompanhamento dos técnicos
1588 da SUPRAM. O Conselheiro pede vistas? Está deferido?
- 1589 Lucélio – Sim.
- 1590 Ilmar Santos – Vamos solicitar amanhã o CEVAC a presença e o acompanhamento,
1591 caso não fosse possível, era importante também a presença do IBAMA, em se tratando
1592 de cavernas em áreas cársticas e os demais conselheiros, como o Capitão Valmir que
1593 demonstrou interesse, é irrestrito. A data ficou confirmada no dia 25, terça-feira. Eu me
1594 comprometo e peço ao conselheiro fazer o esforço de comunicar ao CECAV. Eu vou
1595 fazer direto ao Roberto, porque pode ser feito por telefone. Independentemente da
1596 presença do CECAV, seria importante a presença do IBAMA. O horário ficou definido
1597 às 9:00 de terça-feira, na sede da empresa em Pains. Item 9 – Processos
1598 Administrativos para exame de Licença de Operação em Caráter Corretivo a
1599 referendar. Vou falar processo por processo e se tem algum destaque só vou voltar
1600 aquele com destaque. 9.1 – Metal Liga Produtos Siderúrgicos Ltda – Depósito e
1601 Comércio de Sucatas Metálicas – Itaúna/MG – Destaque? Dra. Luciana. – 9.2 –
1602 Indalabor – Indaiá Laboratório Farmacêutico Ltda – Fabricação de Produtos
1603 Domissanitários e de Higiene Pessoal – Dores do Indaiá/MG – Destaque? – 9.3 –
1604 Waldemar Lopes de Faria – ME – Fabricação de Tijolos com a Utilização de
1605 Resíduos Siderúrgicos - Igaratinga/MG. Destaque? – 9.4 – Auto Posto Ferreirinha
1606 Ltda – Comércio Varejista de Combustível Automotivo de Petróleo e Álcool – Bom
1607 Despacho/MG. Destaque? Então com exceção do item 9.1 que foi pedido destaque, eu
1608 coloco em votação os itens 9.2, 9.3 e 9.4. Senhores conselheiros que concordarem
1609 permaneçam como estão e aqueles que discordaram que se manifeste. APROVADOS.
1610 Referendado a licença *ad referendum*. Item 9.1, conselheira Luciana.
- 1611 Luciana – A primeira consideração que eu gostaria de fazer é a respeito do resíduo
1612 sólido. Não está esclarecida aqui na condicionante qual a destinação do resíduo sólido.
1613 O parecer técnico diz que é inexpressivo e que é uma quantidade pequena de resíduo
1614 sólido industrial que é gerado. Mas de qualquer maneira eu gostaria que fosse incluída



- 1615 uma condicionante que esse resíduo fosse destinado a um local adequado, ou seja, um
1616 aterro industrial licenciado.
- 1617 Ilmar Santos – A sugestão da conselheira Dra. Luciana foi incluir essa condicionante
1618 do destino do resíduo para um aterro industrial licenciado.
- 1619 Luciana – Eu gostaria que o técnico esclarecesse se as vias internas de acesso são
1620 pavimentadas.
- 1621 Alder – SUPRAM-ASF – As vias internas têm calçamento. São pavimentadas. Com
1622 relação à destinação dos resíduos sólidos tem um programa de automonitoramento no
1623 anexo dois e a empresa é obrigada a apresentar a destinação do resíduo sólido.
- 1624 Luciana – A peneira vibratória e o parque de estocagem são enclausurados?
- 1625 Alder – Não são. A sucata chega e existe um tratamento com um processamento
1626 granulométrico e existe uma aspersão na chegada do material no britador da primeira
1627 peneira vibratória e não é enclausurado.
- 1628 Luciana – No caso dos pátios se a falta desse enclausuramento gera a dispersão de
1629 material particulado.
- 1630 Alder – Não existe essa possibilidade trata-se de sucata metálica, o material tem certa
1631 densidade e não trata-se uma granulometria tão fina que possa gerar qualquer
1632 particulado aéreo ou dispersão aérea.
- 1633 Ilmar Santos – Na realidade a senhora está sugerindo a inclusão da questão do resíduo
1634 que seja disposto de forma adequada num aterro industrial licenciado para ser incluído
1635 no rol das condicionantes.
- 1636 Luciana – Na verdade, senhor presidente, eu tenho que me penitenciar aqui pelo
1637 equívoco porque eu não vi esse plano de disposição de resíduos sólidos, então eu vou
1638 retirar essa questão.
- 1639 Ilmar Santos – Indago aos senhores conselheiros com relação a esse processo. Não
1640 havendo vamos entrar em processo de julgamento. Os conselheiros que tiverem
1641 favoráveis permaneçam como estão. Aqueles que discordarem que se manifestem.
1642 APROVADO POR UNANIMIDADE. Item 10 – Eu apontar aqueles que solicitarem
1643 destaque. Eu colocar em bloco. Processo Administrativo para exame de Processo
1644 Licença de Operação em Caráter Corretivo. 10.1 – Itaú Agro Florestal Ltda –
1645 Silvicultura – Arcos/MG – Destaque? Marcelo do IBAMA. 10.2 – Lincar Pedras de
1646 Ardósias Ltda – Beneficiamento de Ardósia – Papagaios/MG – 10.3 – Reclub –
1647 Representação e Comércio de Lubrificantes Ltda – Comércio Varejista de
1648 Combustível Automotivo de Petróleo e Álcool – Bom Despacho/MG. Mais algum
1649 destaque? O empreendedor está presente? Destaque Dra. Luciana na Lincar. 10.4 –
1650 Altivo Pedras Ltda – Beneficiamento de pedras – Papagaios/MG – Destaque?
1651 Marcelo do IBAMA. Então nós temos o 10.3, senhores conselheiros, Reclub –
1652 Representação e Comércio de Lubrificantes Ltda – o processo é pelo indeferimento,
1653 senhores conselheiros que tiverem de acordo permaneçam como estão e aqueles
1654 contrários que se manifestem. APROVADO O INDEFERIMENTO. 10.1 – Itaú
1655 Agro Florestal Ltda – Destaques.
- 1656 Lucélio – Eu queria colocar uma condicionante com relação ao plantio de árvores
1657 silvestres frutíferas nessas áreas de reserva legal e APP's para rearborear e enriquecer
1658 mais esse fragmentos de mata que ficaram perdidos no meio desses eucaliptos.
1659
1660
- 1661 Por que a gente sabe que é uma quantidade muito grande e aqui não cita se tem os
1662 corredores verdes diferenciando da silvicultura que já facilitaria e ficam só essas APP's



- 1663 e reserva legal. Sugiro a apresentação de um plano de replantio de mudas de árvores
1664 silvestres frutíferas. No caso, apresentar um plano de plantio compatível com o tamanho
1665 da área e no prazo de 90 dias.
- 1666 Marcelo – Ibama – Na questão da matéria-prima, alteração da redação da condicionante
1667 cinco e incluir a condicionante padrão da matéria-prima já aprovada por este conselho,
1668 que seria: “apresentar licença ambiental dos empreendimentos e fornecedores da
1669 matéria-prima. Prazo de 30 dias a partir da data da concessão da licença de operação,
1670 caso não sejam licenciados pelo órgão ambiental, deverá o empreendedor adequar o seu
1671 quadro de fornecedores visando obter matéria-prima de origem legalmente licenciado.
1672 Prazo de 120 dias a partir da data da concessão da licença operação”.
- 1673 Ilmar Santos – Perfeito, é uma sugestão de redação.
- 1674 Marcelo – IBAMA – Inclusive o meu destaque para o item 10.3 é a mesma coisa.
- 1675 Ilmar Santos – A minha dúvida é só na sugestão dele que é o plantio de árvores
1676 frutíferas, que é altamente desejável, e todos nós queremos, eu não sei se isso tem
1677 suporte legal e gostaria de ouvir o jurídico, porque passa a ser exigido e o empreendedor
1678 fala que não tem que plantar isso e alega que em reflorestamento eu não tenho que
1679 plantar árvore.
- 1680 Wilber – Transferirei a pergunta para a área técnica porque a lei determina apenas a
1681 reserva legal com mata nativa e eu entendo que em sendo silvestre frutífera nativa,
1682 caberia. Agora, mais detalhes têm que ser com a área técnica para manifestar acerca do
1683 assunto.
- 1684 Morgana – Na verdade o profissional melhor habilitado nós não dispomos dele no
1685 momento. Mas uma questão séria e gostaria da ajuda do nosso assessor que é a
1686 intervenção em área de preservação permanente e reserva legal. Isso dependeria de uma
1687 anuência do IEF.
- 1688 Wilber – A lei já determina os casos em que a área de preservação permanente pode ser
1689 constada como reserva legal. Isso é disposição legal expressa.
- 1690 Lucélio – Eu gostaria que colocasse a condicionante e depois vai estudar isso ai.
- 1691 Ilmar Santos – Sugestão de condicionante.
- 1692 José Antônio – Eu conheço a área toda do projeto e a reserva legal e APP estão todas
1693 demarcadas e estão com a vegetação conservada e não há necessidade de uma
1694 revegetação daquelas áreas.
- 1695 Lucélio – Não é revegetação e sim complementação com árvores nativas silvestres, um
1696 enriquecimento.
- 1697 José Antônio – Poderá ser sugerido ao produtor.
- 1698 Lucélio – O que eu estou pedindo é um plano e não o plantio. Porque ai tem que
1699 analisar, vai chegar e negociar vai ser isso ai.
- 1700 Ilmar Santos – Solicitação de um plano e vamos ver, até porque, a questão legal se é
1701 possível ou não, dependendo das espécies até para não haver uma seleção direcionada
1702 de uma determinada espécie. Senhores conselheiros, nós temos a sugestão da redação da
1703 condicionante nº 05 e a sugestão de incluir a apresentação de um plano para
1704 enriquecimento da área com espécies nativas frutíferas. Pergunto aos senhores se tem
1705 alguém com mais alguma sugestão, se não tivermos eu passo então a votação incluindo
1706 estas duas sugestões aqui apresentadas. Senhores conselheiros, processo 10.1 – Itaú
1707 Agro Florestal Ltda – Silvicultura – Arcos/MG. Senhores conselheiros que estiverem
1708 favoráveis permaneçam como estão. Aqueles que forem contra que se manifestem.



- 1709 Marcelo – IBAMA – A Itaú Florestal não é no item 9.5. Porque na minha pauta o item
1710 9.1 é Lincar Pedras de Ardósia. As minhas sugestões são para Lincar Pedras e Altivo
1711 Pedras.
- 1712 Ilmar Santos – Então retira da Itaú Florestal? O Conselheiro corrigiu. A sugestão dele é
1713 relacionada ao processo Lincar Pedras de Ardósia Ltda e não a Itaú Agro Florestal Ltda.
1714 Então senhores conselheiros que estiverem de acordo, por favor, permaneçam como
1715 estão. Aqueles que forem contrários que se manifestem. APROVADO. Item na pauta
1716 de uns 10.1 e na pauta de outros 10.2 – Lincar Pedras de Ardósia Ltda –
1717 Beneficiamento de Ardósia – Papagaios/MG – Já foi feita a sugestão de redação pelo
1718 nosso conselheiro do IBAMA e eu indago se existem outras sugestões por parte dos
1719 senhores conselheiros. Eu passo à votação do processo Lincar Pedras de Ardósia Ltda
1720 – Beneficiamento de ardósia – Papagaios/MG, incluindo a sugestão de redação da
1721 condicionante cinco. Senhores conselheiros que estiverem de acordo, por favor,
1722 permaneçam como estão e aqueles que estiverem em desacordo que manifestem.
1723 APROVADO. Item 10.4 – Altivo Pedras Ltda – Beneficiamento de Ardósia –
1724 Papagaios/MG – Tem um destaque.
- 1725 Marcelo – IBAMA - Alteração da condicionante cinco quanto à matéria-prima que seja
1726 dada a redação da condicionante padrão já estabelecida por este conselho.
- 1727 Ilmar Santos – Senhores conselheiros mais alguma sugestão. Não tendo ponho o
1728 processo em julgamento Item 10.4 – Altivo Pedras Ltda – Beneficiamento de
1729 Ardósia – Papagaios/MG, senhores conselheiros que estiverem de acordo incluindo a
1730 alteração da redação proposta pelo conselheiro do IBAMA, por favor, permaneçam com
1731 estão e aqueles que estiverem em desacordo que manifestem. APROVADO. Item 11 –
1732 Processo Administrativo para exame de Auto de Infração – Montreal Indústria e
1733 Comércio de Artefatos de Couro Ltda – Fabricação de Calçados em Geral – Nova
1734 Serrana/MG – PA/COPAM Nº 00324/2004/001/2006 – AI Nº 3504/2006 – Senhores
1735 conselheiros, destaque?
- 1736 Roberto Soares – FEDERAMINAS – No e-mail e no CD que recebi não consta o
1737 parecer técnico desse processo, somente parecer jurídico.
- 1738 Wilber – Conselheiro Roberto e demais, quando a defesa é intempestiva ou não é
1739 apresentada defesa, submete-se direto à apreciação jurídica, por isso não consta o
1740 parecer técnico.
- 1741 Ilmar Santos – É interessante essa medida porque antes fazíamos, apesar de ser
1742 intempestivo. Não havendo mais dúvidas eu coloco em julgamento e pergunto aos
1743 senhores conselheiros que estiverem de acordo com a aplicação da multa permaneçam
1744 como estão e os que estiverem em contrário, por favor, se manifeste. APROVADO.
1745 Item 12 – Processos Administrativos para exame do Pedido de Reconsideração –
1746 Vou citar e vamos ver se tem destaque ou se o empreendedor está presente. 12.1 – Posto
1747 Douradinho Ltda – Comércio Varejista de Combustíveis – Iguatama/MG –
1748 PA/COPAM Nº 00736/2002/0003/2004 – AI Nº 1676/2004. Destaque? O representante
1749 está presente? – 12.1 – Jullier Indústria e Comércio Ltda – Acabamento de peças de
1750 vestuário – Divinópolis/MG – PA/COPAM Nº 930/2003/001/2003 – AI Nº 504/2003
1751 – Destaque? O representante do empreendedor está presente? – Item 12.3 – Café São
1752 José Ltda – Torrefação e moagem de café – Bambui/MG – PA/COPAM Nº
1753 00124/2004/001/2004 – AI Nº 1164/2004 – Destaque? O representante do
1754 empreendedor está presente? Com exceção do segundo eu coloco em votação o Item
1755 12.1 – Posto Douradinho Ltda e Item 12.3 – Café São José Ltda. Senhores
1756 conselheiros que estiverem favoráveis com os pareceres jurídicos apresentados nesses



1757 dois processos, por favor, permaneçam como estão e aqueles que estiverem em
1758 desacordo, por favor, se manifestem. APROVADOS OS PARECERES. Item 12.2 –
1759 Jullier Indústria e Comércio Ltda – Destaque, por favor, conselheiro.
1760 Roberto Soares Nogueira – É uma formalidade também. Esse aqui eu recebi o parecer
1761 técnico, mas o parecer jurídico está em branco. Eu não sei como a gente pode avaliar.
1762 Ilmar Santos – Eu indago aos senhores conselheiros se receberam também o parecer
1763 em branco? Dra. Lais o xérox está com problemas? É o SIAM que de vez em quando
1764 apresenta problemas. Eu indago aos senhores conselheiros se ficou prejudicado o
1765 julgamento e entendimento desse processo por ausência de informação do parecer
1766 jurídico. Nesse caso, a minha sugestão para que a gente não prejudique o empreendedor
1767 é que remetamos para a nossa reunião. Poderia ser sanado com a leitura do parecer
1768 jurídico pelo Wilber.
1769 Ilmar Santos – Nós não queremos prejudicar o empreendedor por uma falha nossa.
1770 Wilber – Vou proceder à leitura da fase de discussão do pedido de reconsideração em
1771 diante, haja vista ter sido resolvido em reunião anterior à autuação da empresa.
1772 “Discussão: Encaminhou-se o presente procedimento a fase de pedido de
1773 reconsideração”. Foi o empreendimento oficiado a aplicação da penalidade conforme
1774 AR folhas 32 no dia 31 de março de 2005. Tempestivamente apresentou o
1775 empreendedor o seu pedido de reconsideração que passamos a analisar. Passada a
1776 análise técnica tal pedido foi considerado insubsistente, haja vista não existir qualquer
1777 argumento, fato ou justificativa que possa descaracterizar a infração cometida.
1778 Informamos que o empreendedor foi autuado por falta de licenciamento ambiental e ao
1779 procedermos à análise da situação ambiental do empreendimento, constatamos que o
1780 respectivo processo foi devidamente formalizado apenas em 17 de março de 2005, ou
1781 seja, dois anos após a convocação realizada na vistoria que se encontra em análise
1782 técnica. Oportunamente reiteramos as alegações de parecer folhas 28 do processo em
1783 questão, onde se constata: não há qualquer nulidade do auto de infração (...) que
1784 preenche os requisitos do Artigo 24 do Decreto 39.424, alterado pelo Decreto 43.127 de
1785 2002, Portanto, juridicamente não foram apresentadas quaisquer assertivas que
1786 ensejassem a reconsideração por parte da URCASF, da aplicação da penalidade no valor
1787 de R\$ 10.641,00. Diante ao exposto, pugna essa assessoria jurídica pela manutenção da
1788 multa aplicada na 10ª. Reunião Ordinária, realizada no município de Divinópolis no
1789 valor de R\$ 10.641,00, em conformidade com a Lei 7772 de 80, Lei 12.585 de 97,
1790 Decreto Estadual 39.424 de 98, com redação alterada pelo Decreto 43.127 de 2002, bem
1791 como a Deliberação Normativa COPAM 27, alterada pela Deliberação 64 de 2002.
1792 Ilmar Santos – Após a leitura do parecer jurídico eu indago se existe alguma dúvida
1793 por parte dos senhores conselheiros.
1794 Camilo de Lelis – Pelo que eu entendi ele está sendo multado por ele não ter
1795 licenciamento e por causa da existência de poluição ou degradação ambiental devido ao
1796 lançamento de efluentes líquidos, industriais e sanitários em o tratamento prévio no
1797 córrego Catalão. Ele está sendo multado pelas duas coisas ou somente uma.
1798 Wilber – A tipificação é parágrafo 3º, infração gravíssima. Item 1: falta de
1799 licenciamento causando poluição ambiental.
1800 Ilmar Santos – Mais alguma dúvida? Não havendo nenhuma dúvida ou pedido de
1801 esclarecimento eu passo para a votação deste processo. Item 12.1 – Jullier Indústria e
1802 Comércio Ltda – Acabamento de Peças de Vestuário – Divinópolis/MG, senhores
1803 conselheiros que são favoráveis ao parecer técnico e jurídico, por favor, permaneçam
1804 como estão e aqueles que forem contrários, por favor, se manifestem. APROVADO.



- 1805 Item 13 – Assuntos Gerais. Chegamos ao penúltimo ponto da pauta que é Assuntos
1806 Gerais. Senhores conselheiros e senhora conselheira, por favor, possam fazer uso da
1807 palavra.
- 1808 Humberto Pozzolini – Gostaria de informar que a Secretaria de Meio Ambiente de
1809 Divinópolis, durante dois dias nessa semana, com o apoio da Polícia Ambiental, através
1810 do Capitão Valmir, nós concedemos um curso de Direito Ambiental e Técnicas de
1811 Perícias Ambientais para os conselheiros do CODEMA, os policiais ambientais,
1812 algumas ONG's do município, a Promotoria do Meio Ambiente, na pessoa do Dr.
1813 Márcio, fiscais da Secretaria do Meio Ambiente, os fiscais de postura de Divinópolis e
1814 diante do sucesso do evento, em comum acordo com a Promotoria, o município achou
1815 por bem dar continuidade nesses cursos, que tem a duração de oito horas e foi efetuado
1816 por um perito e professor, Sr. Rinaldo, e nós estaremos oferecendo esse curso a toda a
1817 sociedade divinopolitana e da região, com o intuito de maior esclarecimento e
1818 conhecimento e conscientização de todos. Serão oferecidas a várias secretarias,
1819 faculdades, imprensa, enfim a todos que podem fazer com que nós tenhamos o meio
1820 ambiente mais respeitado. Muito Obrigado.
- 1821 André Picardi – Para reiterar o convite para que os senhores conselheiros estejam na
1822 próxima reunião dia 17, no município de Vargem Bonita, nossa R.O., próxima da nossa
1823 sede do município de São Roque de Minas e após, possam estar comparecendo ao 1º
1824 Encontro Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco. Agradecer ao Ministério
1825 Público por ter escolhido São Roque para o lançamento do SOS São Francisco e dizer
1826 que a gente conta com a presença de todos vocês. Digo não só em nome da Prefeitura de
1827 São Roque de Minas, mas em nome da comunidade.
- 1828 Wilber – Questionados ontem pelo conselheiro Roberto acerca dos empreendimentos
1829 que foram autuados no município de Luz, os quais receberam um prazo especial para
1830 formalização do processo sob pena de suspensão de atividades. Nós tivemos quatro
1831 casos. Dois foram pela suspensão imediata das atividades e nos outros dois foi
1832 concedido um prazo especial. O conselheiro Roberto pediu que eu trouxesse à câmara o
1833 que nós temos atualmente no sistema. Em relação à Carmolat foi autuada e pedida a
1834 suspensão das atividades. Está tramitando que demanda o retorno do AR. Não foi
1835 apresentado nenhum FCEI do empreendimento. Ao Posto Verde Luzense, que é o
1836 fornecedor de combustível de Luz e teve o problema na hora da defesa, mas no
1837 momento não foi assistido o direito do prazo especial. No entanto, o empreendedor já
1838 formalizou o processo e que encontra-se em fase de análise. O processo de suspensão de
1839 atividades, para não ficar uma coisa contraditória, porque AAF é ato vinculado. Ele
1840 juntou a documentação necessária ele tem direito ao documento. Eu não posso fornecer
1841 ao empreendedor uma AAF e pedir a suspensão das atividades. O que ficou resolvido
1842 junto ao jurídico da SEMAD é que após a concessão desta AAF, a averiguação vai se
1843 dar por fiscalização imediata. Entrega a AAF e fiscaliza para ver o cumprimento pelo
1844 que ele foi autuado.
- 1845 Marcelo – O empreendimento continua funcionando.
- 1846 Wilber – Funcionando não porque ele informa que está em obras.
- 1847 Marcelo – Não foi isso o que eu vi lá não.
- 1848 Wilber – Em relação a J.P. Comércio e Indústria também foi autuada e não foi
1849 encontrada qualquer informação no sistema acerca de formalização de procedimento.
1850 Então, ela perdeu o prazo que foi sugerido a ela. E a Posmetal foi multada também, foi
1851 dado o prazo e no dia 23 de junho ela formalizou o seu processo para atividade de
1852 produção de fundidos de metais não ferrosos, inclusive ligas sem tratamento químico



- 1853 superficial ou galvanotécnico inclusive a partir de reciclagem. Estas são as situações dos
1854 empreendimentos conforme requerimento Dr. Roberto.
- 1855 Ilmar Santos – Mais algum conselheiro que se manifestar?
- 1856 Lucélio – Eu gostaria de confirmar o que o nosso conselheiro falou a respeito do curso
1857 onde eu participei. É um curso muito bom e que continue nessa proposta. Eu gostaria de
1858 falar a respeito do que o Dr. Rogério Noce prometeu para essa reunião sobre o
1859 Secretário de Meio Ambiente de Pains, Antônio Lucas, que fez uma reclamação em Luz
1860 a respeito de uma empresa e que você deixou registrado em ata que nessa reunião traria
1861 uma resposta. Então que se registre para a próxima reunião.
- 1862 Ilmar Santos – Dr. Rogério Noce, por favor, prioridade nestes esclarecimentos. Não
1863 precisa chegar a próxima reunião, e sugeriria que se o senhor pudesse articular com a
1864 Lais que ela pudesse repassar para todos os conselheiros.
- 1865 Capitão Valmir – Nós fizemos um trabalho em toda a região de atuação da 23^a. Cia de
1866 fiscalização de dragas e em Divinópolis foram feitos diversos embargos e também em
1867 Itaúna, Formiga, Arcos. Em formiga nós embargamos dois empreendimentos e
1868 posteriormente apresentaram a AAF e todavia, nós solicitamos autorização para
1869 intervenção em área de preservação permanente e não havia. Aconteceu uma falha nesse
1870 processo de concessão de autorização. A concessão foi feita pela Superintendência aqui.
- 1871 Ilmar Santos - O que é bom deixar claro é o seguinte. A Autorização Ambiental de
1872 Funcionamento não exige o empreendedor de apresentar aquela documentação
1873 necessária, se vai usar água necessita de outorga, se for fazer intervenção precisa de
1874 APEF. Então, pelo fato de ser um documento administrativo e não um processo que é
1875 analisado, não exige o empreendedor de apresentar os documentos necessários.
- 1876 Capitão Valmir – A minha pergunta é que essa autorização para intervenção na área de
1877 APP deveria ir para a utilização da área de APP, deveria ser anterior a concessão da
1878 AAF.
- 1879 Morgana – O processo de Autorização Ambiental de Funcionamento é pautado na
1880 confiança e nas informações que o empreendedor nos dá. Se ele preencheu o FCEI
1881 informando que não teria intervenção em área de preservação permanente, este
1882 documento não foi solicitado o que eu peço é que seja feito isso com uma denúncia, a
1883 SUPRAM vai realizar vistoria e constatando que ele está intervindo em área, e o próprio
1884 BO da polícia já suficiente para nós, procederemos a autuação e a cassação dessa
1885 autorização de funcionamento, até por prestar informação falsa.
- 1886 Capitão Valmir – Nós temos os BO's e só alerta que a draga certamente ela vai
1887 interferir na área de preservação permanente. Quando se analisa o FCEI já tem a noção
1888 que ela vai interferir nesta preservação permanente. Por prevenção pode-se evitar essa
1889 situação de conceder sem a intervenção.
- 1890 Ilmar Santos – Perfeito capitão. Eu entendi o ponto, mas na realidade a Morgana tem
1891 razão. É a mesma situação do imposto de renda. Declaramos aquilo que achamos que
1892 deve declarar e se cair na malha fina, teremos que prestar contas ou não da
1893 responsabilidade civil e do empreendedor. Entretanto o senhor faz uma alerta que é
1894 muito interessante. Se eu sei que o processo vai implicar diretamente num impacto em
1895 APP eu já poderia avançar nesse processo. Infelizmente o que acontece é que todas
1896 estas questões, quais, documentos, o que exigir, tipologia de licenciamento ambiental é
1897 estabelecido por grupo de trabalho e é através do COPAM maior. Eu acho que
1898 poderíamos aproveitar a sua proposta, fazer uma sugestão para que haja a mudança no
1899 tocante a este tipo de empreendimento que o próprio formulário de orientação básica já
1900 traga a necessidade da autorização para intervenção. É um avanço sim e infelizmente a



1901 SUPRAM aqui não tem essa autonomia para poder fazer alteração nesse formulário de
1902 orientação básica, mas eu acho que é bastante pertinente sua sugestão. Dr. Rogério
1903 solicito que o senhor leve, por favor, a gente faz uma moção nesse sentido, por todos os
1904 conselheiros, encaminhando ao senhor secretário para alteração, daquele grupo de
1905 normas, como se chama? Núcleo de Padronização que muda vírgula, e esse é o grupo
1906 que está autorizado a fazer estas alterações, mas nós temos toda competência de propor
1907 mudança e alterações visando a melhoria dos nossos instrumentos. Faça a moção
1908 completa Lais.

1909 Humberto Pozzolini – Um trabalho realizado por parte da Polícia Ambiental em
1910 Divinópolis, com relação às dragas e logo depois a Secretaria de Meio Ambiente foi
1911 convidada a estar presente no batalhão e onde nos foi apresentado toda a degradação
1912 ambiental ocorrida por esses empreendedores, os draguistas, e após os Termo de
1913 Ajustamento de Conduta e regularização das atividades ficou definido que a Secretaria
1914 de Meio Ambiente juntamente com a Polícia Ambiental estaria fazendo fiscalização
1915 constante a estes draguistas. Eu quero apresentar a preocupação desses empreendedores,
1916 os quais, toda semana, me ligam para saber se estão ocorrendo alguma alteração em
1917 respeito aquilo que foi acordado entre o Ministério Público, a Polícia Ambiental. É onde
1918 a gente vê a valorização das questões ambientais dentro de Divinópolis, onde tínhamos
1919 uma degradação e hoje existe essa preocupação em não somente o compromisso, mas o
1920 comprometimento dessas pessoas que estão preocupadas em causarem danos ao meio
1921 ambiente tendo em vista que eles foram penalizados pela Promotoria do Meio
1922 Ambiente.

1923 Ilmar Santos – Não havendo mais nenhuma manifestação nos Assuntos Gerais, e passo
1924 para o último item que é o encerramento. Antes de mais nada, gostaria de mais uma vez
1925 registrar o agradecimento ao nosso anfitrião, o prefeito de Dores do Indaiá, O Senhor
1926 Joaquim Ferreira da Cruz que muito suportou a reunião até o final e achei que ele ia sair
1927 no início, mas ele ficou aqui presente nos prestigiando e agradeço e para nós é muito
1928 importante saber que uma administração municipal tem esse interesse e prestigia todos
1929 nós. Para nós é muito importante que haja este prestígio ao nosso conselho. Queria
1930 agradecer a todos os presentes e mais uma vez fazer um convite para a próxima reunião
1931 e, Vargem Bonita, na parte da manhã e na parte da tarde já temos convite da Dra.
1932 Luciana e vamos ter o lançamento do Projeto do COPAM. Eu sei que lá tem um
1933 queijinho e uma pinguinha, lá tem e os demais são apreciadores e teremos uma reunião
1934 bastante motivada lá na região. Queria agradecer aos meus colegas ai do sistema de
1935 meio ambiente e dizer que nós estamos lá em Belo Horizonte às suas ordens. A Lais
1936 também quer fazer uma manifestação final, mas da minha parte agradeço a todos e
1937 fiquei muito feliz em ficar aqui em Dores do Indaiá. Eu queria agradecer ao presidente
1938 da Câmara por termos invadido e tomamos conta do espaço, agradecer o seu convite, o
1939 apoio e a presença aqui o tempo todo, e percebe que o senhor tem muita motivação por
1940 esta causa.

1941 Lais – A Secretaria de Estado de Meio Ambiente mediante a um convênio com a
1942 Universidade de Lavras, foi solicitado que elaborasse o zoneamento ecológico
1943 econômico do estado de Minas Gerais. Agora será apresentado para os senhores
1944 conselheiros o zoneamento feito para a nossa Regional Alto São Francisco. Estou
1945 repassando a convocação de uma reunião extraordinária que acontecerá no dia 9 de
1946 agosto às 9 horas manhã no SENAI, em Divinópolis. Gostaria de pedir desculpas aos
1947 senhores por terem recebido em cima da hora o convite que foi enviado por Belo
1948 Horizonte e A SUPRA-ASF tenta fazer por antecipação, mas desta vez veio por Belo



1949 Horizonte e pedimos desculpas pelo convite em cima da hora. Nesta reunião
1950 extraordinária, e queria que o Rogério Noce complementasse, porque já está
1951 participando, porque tem o voto de aprovação do conselho pela apresentação dos
1952 resultados.

1953 Rogério Noce – Essa primeira reunião foi coordenada e era uma verificação que a
1954 própria UFLA que está coordenando o trabalho de zoneamento ecológico econômico e
1955 nós temos quatro zoneamentos ecológico e econômico na esfera regional que é o do
1956 Alto São Francisco, Triângulo Mineiro, Sul de Minas e do Leste Mineiro. Eles estão
1957 promovendo esta convocação diretamente através de articulação para que os segmentos
1958 envolvidos na região fossem ouvidos e contribuíssem na proposta que estava sendo
1959 feito. Na reunião do dia 09 já vão trazer essas propostas, por isso que é importante o
1960 seguinte, de agora até o dia 09 nada impossibilita aos conselheiros aqui e outras pessoas
1961 entrarem em contato com o pessoal da UFLA e saberem mais detalhes para
1962 reivindicarem as situações que não foram bem discutidas na época. Na reunião do dia
1963 09 eles vão trazer a proposta para ser validada pelo conselho. O conselho que vai dar a
1964 validade e depois estas mesmas propostas juntamente com as demais serão levadas à
1965 CPA em Belo Horizonte, para ai sim, serem referendadas pelo COPAM. Tem duas
1966 instâncias ainda. Por isso ainda existe uma série de trabalho para serem incorporados.
1967 Ela tem validades ainda por parte de Belo Horizonte e CPA antecipadamente. De agora
1968 até dia 09 é possível determinados segmentos que não foram ouvidos ou não estavam
1969 presentes serem envolvidos. São aspectos de comunicação com a coordenação. Em Belo
1970 Horizonte a coordenação é executada pela Superintendência de Apoio Técnico através
1971 da Dra. Simone, que pode convidar ou convocar o professor Escôfaro e a equipe dele
1972 que é a encarregada para preparar essa proposta de zoneamento ecológico e econômico,
1973 em Minas Gerais, porque está segmentada em regional e depois ainda vai ser
1974 consolidada futuramente.

1975 Lais – Inclusive eu solicitei ao professor Escôfaro para que os conselheiros não
1976 cheguem à reunião sem a noção do que foi apresentado nesses resultados, ele está
1977 fechando um relatório sucinto dos resultados desse zoneamento da nossa regional e vai
1978 nos encaminhar e eu repassar para os conselheiros para eles irem com alguma noção e
1979 algum questionamento se tiverem. Quanto à próxima R.O. em Vargem Bonita, e temos
1980 na comissão o André Picardi e o Roberto, nós já estamos fechando a programação e
1981 adiantando que os temas a serem debatidos e estamos contando com o apoio do Dr.
1982 Ilmar, que seria a palestra da DISAN, da Denise, a FIEMG vai apresentar uma palestra
1983 da Produção mais Limpa, Doresópolis apresentará sobre Esgotamento Sanitário. O
1984 prefeito de Doresópolis informou que pegou a obra pronta e está somente monitorando e
1985 gostaria de dividir a palestra com o prefeito da administração anterior que executou a
1986 obra, e acho que não poderia deixar de fazer esse comentário. A Dra. Luciana vai
1987 apresentar uma palestra acerca dos TAC's e também participará do lançamento do SOS
1988 São Francisco. Trataremos sobre Fontes de Financiamento para os municípios, Agenda
1989 21, que estão os municípios de Vargem Bonita e São Roque de Minas na elaboração da
1990 Agenda 21 e eles tem um tópico em comum na Agenda que é justamente a revitalização
1991 do Rio São Francisco. Teremos também, um termo de intenção que será assinado entre
1992 os dois municípios para receberem os resíduos de outro que não tem o aterro. Teremos
1993 também a parte de ecoturismo e produção agrícola familiar. Estamos aguardando a
1994 confirmação do prefeito do município de Rio Bonito, no Mato Grosso, que poderá
1995 participar do nosso evento. Gostaria de deixar firmada Extraordinária dia 09 de Agosto
1996 em Divinópolis, às 09 horas, com o comprometimento do Professor Escôfaro, que eles



1997 vão reduzir a palestra, e mostrar somente resultados sem metodologia. A outra palestra
1998 foi o dia inteiro e nós estamos tentando poupar também os conselheiros.
1999 Ilmar Santos – Gostaria desejar a todos uma boa tarde e um bom jantar.
2000